

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO

**CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS MUNICÍPIOS
INTEGRANTES DO PROGRAMA UNIVERSALIZASP – BLOCO [•]**

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

SUMÁRIO

1.	PREÂMBULO E OBJETIVO	3
2.	REGRAS DE REMUNERAÇÃO TARIFÁRIA	3
3.	AJUSTES COMPENSATÓRIOS	10
4.	REGRAS DE REVISÃO	19
5.	REGRAS DE REAJUSTE	22
6.	ATUALIZAÇÃO DA BAR	26
7.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA	29
8.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA	33
9.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA	34
10.	METODOLOGIA DE CÁLCULO DO OPEX	36
11.	FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE)	42
12.	FATOR DE EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA (FATOR X)	45
13.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DAS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	46
14.	TRATAMENTO REGULATÓRIO PARA REFORMAS E CANCELAMENTOS	50
15.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DAS RECEITAS IRRECUPERÁVEIS	51
16.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DAS RECEITAS ADICIONAIS E COMPLEMENTARES	52
17.	AUXÍLIO	55
18.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DOS CRÉDITOS FISCAIS	58
19.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q)	58
20.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE COMBATE ÀS PERDAS (FATOR P)	59
21.	METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U)	59
22.	CONTABILIDADE REGULATÓRIA	60

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

1. PREÂMBULO E OBJETIVO

1.1. O presente ANEXO V – MODELO REGULATÓRIO (“ANEXO”) fixa os parâmetros e premissas cogentes ao exercício da regulação econômica que deverão ser observados pela CONCESSIONÁRIA e pela AGÊNCIA REGULADORA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

1.2. Este ANEXO terá natureza vinculativa para as PARTES e para a AGÊNCIA REGULADORA.

1.3. Os termos grafados em letras maiúsculas terão as definições contidas no ANEXO X – GLOSSÁRIO do CONTRATO ou, quando não estiverem definidos no CONTRATO, terão as definições detalhadas neste ANEXO.

2. REGRAS DE REMUNERAÇÃO TARIFÁRIA

2.1. Constitui condição fundamental do CONTRATO a remuneração adequada dos INVESTIMENTOS prudentes ainda não depreciados ou amortizados e da OUTORGA MÍNIMA, a recuperação dos custos eficientes de prestação dos serviços, a amortização adequada do capital e as outras despesas operacionais inerentes à prestação do serviço, o que será assegurado pelas TARIFAS DE EQUILÍBRIO, definidas nos termos deste ANEXO.

2.2. Os REAJUSTES serão anuais e as REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS ocorrerão a cada 5 (cinco) anos, com exceção do 1º CICLO TARIFÁRIO, considerando os seguintes períodos:

- i. 1º CICLO TARIFÁRIO: DATA DE EFICÁCIA – 31 de dezembro de 20[=];
- ii. 2º CICLO TARIFÁRIO: 1º de janeiro de 20[=] – 31 de dezembro de 20[=];
- iii. 3º CICLO TARIFÁRIO: 1º de janeiro de 20[=] – 31 de dezembro de 20[=];
- iv. 4º CICLO TARIFÁRIO: 1º de janeiro de 20[=] – 31 de dezembro de 20[=];
- v. 5º CICLO TARIFÁRIO: 1º de janeiro de 20[=] – 31 de dezembro de 20[=];
- vi. 6º CICLO TARIFÁRIO: 1º de janeiro de 20[=] – 31 de dezembro de 20[=];
- vii. 7º CICLO TARIFÁRIO: 1º de janeiro de 20[=] – até [●] de [●] de 20[=].

2.3. A homologação dos REAJUSTES e REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS ocorrerá no mês de dezembro anterior ao PERÍODO DE APLICAÇÃO, a partir de dados do PERÍODO DE REFERÊNCIA, e após o PERÍODO DE APURAÇÃO pela AGÊNCIA REGULADORA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO.

2.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar à AGÊNCIA REGULADORA dados e informações necessárias ao processo tarifário, seja ele de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, inclusive o LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS, até 31 de maio do ano do PERÍODO DE APURAÇÃO.

2.3.2. Os dados e informações necessárias ao processo tarifário, a serem enviadas pela

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA, deverão ser relacionados ao ano civil, janeiro a dezembro, anterior ao PERÍODO DE APURAÇÃO.

- 2.3.3. A AGÊNCIA REGULADORA deverá analisar documentos enviados pela CONCESSIONÁRIA no PERÍODO DE APURAÇÃO entre junho e novembro e homologar o resultado em dezembro anterior ao PERÍODO DE APLICAÇÃO do resultado do processo tarifário.
- 2.3.4. As novas tarifas definidas pela AGÊNCIA REGULADORA no processo tarifário serão aplicadas entre janeiro e dezembro do ano posterior ao PERÍODO DE APURAÇÃO.
- 2.3.5. O 1º REAJUSTE será homologado no primeiro mês de dezembro posterior à DATA DE EFICÁCIA, aos 6 (seis) meses de OPERAÇÃO ASSISTIDA e aos 12 (doze) meses da operação da CONCESSIONÁRIA.
- 2.3.6. Todos os CICLOS TARIFÁRIOS terão 4 (quatro) REAJUSTES, com exceção do 1º CICLO TARIFÁRIO que deverá ser finalizado em dezembro de 2031. Após o 1º REAJUSTE, os REAJUSTES serão realizados a cada novo bloco de 12 meses, contados sequencialmente após o término do anterior.

2.4. A metodologia de cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO adotará a abordagem *backward-looking*, com a consideração de custos, INVESTIMENTOS e MERCADO DE REFERÊNCIA *ex-post* à sua realização. Durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, os custos e MERCADO DE REFERÊNCIA serão apurados em processos tarifários considerando dados do PERÍODO DE REFERÊNCIA. Nos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, os INVESTIMENTOS apurados em REAJUSTES ou REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS serão aqueles observados no PERÍODO DE REFERÊNCIA e a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, durante REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS, corresponderão àqueles observados nos 5 (cinco) anos anteriores ao PERÍODO DE APURAÇÃO.

2.5. O cálculo da RECEITA REQUERIDA (RR) será por composição de blocos de custos, em que cada um dos componentes do cálculo é avaliado separadamente, para posterior consolidação.

2.6. O cálculo da RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO e da RR será realizado nos seguintes termos, sem prejuízo de outros itens a serem cobertos pelas TARIFAS por decisão da AGÊNCIA REGULADORA:

$$RTEquilíbrio_{PR} = RR_{PR} - Rec. Adicionais_{PR} - Rec. Complementares_{PR} + AC_{PR}$$

$$RR_{PR} = OPEX_{PR} + Outras Despesas_{PR} + Remuneração da OUTORGA MÍNIMA_{PR} \\ + Reintegração da OUTORGA MÍNIMA_{PR} + Remuneração da BAR_{PR} \\ + Reintegração da BAR_{PR} + RI_{PR} + T_{PR}$$

Em que:

PR é o PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

$RTEquilíbrio_{PR}$ é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

RR_{PR} é a RECEITA REQUERIDA no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Rec. Adicionais_{PR}$ são as RECEITAS ADICIONAIS a ser compartilhada com os USUÁRIOS quando da execução de ATIVIDADES ADICIONAIS, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Rec. Complementares_{PR}$ é a receita a ser compartilhada com os USUÁRIOS que resulta da aplicação de OUTROS PREÇOS quando da execução das ATIVIDADES COMPLEMENTARES, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

AC_{PR} são AJUSTES COMPENSATÓRIOS descritos no Capítulo 3, com exceção do previsto no item 3.1.2xi., no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$OPEX_{PR}$ é o custo operacional regulatório, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Outras Despesas_{PR}$ incluem as outras despesas operacionais no PERÍODO DE REFERÊNCIA, definidas no item 13.1, desde que observados os termos definidos no Capítulo 13 e neste ANEXO;

$Remuneração da OUTORGA MÍNIMA_{PR}$ é a remuneração da OUTORGA MÍNIMA que corresponde ao montante da aplicação do WACC sobre a OUTORGA MÍNIMA descontada da depreciação ($OUTORGA MÍNIMA \times WACC$), no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Reintegração da OUTORGA MÍNIMA_{PR}$ é a recuperação da OUTORGA MÍNIMA, que corresponde à aplicação da QRR_{OUT} sobre a OUTORGA MÍNIMA ($OUTORGA MÍNIMA \times QRR_{OUT}$), no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Remuneração da BAR_{PR}$ é a remuneração do capital, que corresponde ao montante da aplicação do WACC sobre a BAR_{liq} ($BAR_{liq} \times WACC$), no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Reintegração da BAR_{PR}$ é a recuperação do capital, que corresponde ao somatório dos produtos entre BAR_{Bruta} e QRR , ambas por Unidade Patrimonial ($\sum (BAR_{Bruta_{unid;patr.}} \times QRR_{unid;patr.})$), no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

BAR_{liq} é a BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA LÍQUIDA de depreciação, conforme o significado previsto no ANEXO X – GLÓSSÁRIO, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$WACC$ é a TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA, conforme o significado previsto neste ANEXO, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

BAR_{bruta} é a BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA BRUTA, antes de descontada a depreciação dos ativos, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

RI_{PR} é a RECEITA IRRECUPERÁVEL regulatória, no PERÍODO DE REFERÊNCIA; e

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

T_{PR} é o Imposto sobre a Renda e o Lucro Regulatório da CONCESSIONÁRIA, definido no item 2.13, no PERÍODO DE REFERÊNCIA.

- 2.6.1. Da relação entre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO calculada com base nas informações do PERÍODO DE REFERÊNCIA, e o volume do MERCADO DE REFERÊNCIA (em metros cúbicos) também verificado no PERÍODO DE REFERÊNCIA, resultará a TARIFA DE EQUILÍBRIO:

$$TE_{PA} = \frac{RTEquilíbrio_{PR}}{Mercado_{PR}}$$

Em que:

PA é o PERÍODO DE APLICAÇÃO do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

PR é o PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

TE_{PA} é a TARIFA DE EQUILÍBRIO média, no PERÍODO DE APLICAÇÃO;

$RTEquilíbrio_{PR}$ é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA; e

$Mercado_{PR}$ é a soma do VOLUME FATURADO de água com o VOLUME FATURADO de esgoto no PERÍODO DE REFERÊNCIA.

- 2.6.2. O cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO nos REAJUSTES considerará, adicionalmente, a atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") ou outro índice que vier a substituí-lo, os impactos do FATOR X, do FATOR Q, do FATOR P e do FATOR U.
- 2.6.3. A TARIFA DE EQUILÍBRIO poderá ser ajustada, para mais ou para menos, pelo impacto do AJUSTE COMPENSATÓRIO homologado pela AGÊNCIA REGULADORA nas datas de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

2.7. Os parâmetros de cálculo dos componentes da RR, expressos na fórmula do item 2.6, serão definidos pela AGÊNCIA REGULADORA no âmbito da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, observando os critérios e metodologias estabelecidos neste ANEXO, exceto durante o 1º CICLO TARIFÁRIO, para o qual tais parâmetros estão definidos no Anexo VIII - FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL. Temas não expressos neste ANEXO ou no Anexo VIII - FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL devem ser objeto do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.

2.8. A TARIFA DE EQUILÍBRIO necessária para cobrir a RR do PERÍODO DE REFERÊNCIA será calculada anualmente durante os dois primeiros CICLOS TARIFÁRIOS após o início do CONTRATO na ocasião de REAJUSTE, cujo regramento é descrito no Capítulo 4 deste ANEXO, e a cada 5 (cinco) anos a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO na ocasião da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

- 2.8.1. Nos dois primeiros anos do 1º CICLO TARIFÁRIO, será garantida uma RECEITA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA, definida no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL.

2.9. Para cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO a CONCESSIONÁRIA deverá enviar à AGÊNCIA REGULADORA, através do SISTEMA INFORMATIZADO, até 31 de maio do ano de homologação do processo tarifário, o LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS elaborado pela EMPRESA AVALIADORA, nos termos do item 6.2 deste ANEXO, os relatórios produzidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE, bem como os dados contábeis relativos ao PERÍODO DE REFERÊNCIA.

2.10. Uma vez recebidos os dados e documentos previstos no item 2.9, nos termos do ANEXO VI – DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA deverá concluir, até 30 de novembro do ano de homologação do processo tarifário, a análise dos dados recebidos para fins de cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO e REAJUSTE, a ser aplicada no mês de janeiro, conforme os itens 4.4.3 e 5.1.1 deste ANEXO.

2.10.1. Caso não conclua integralmente a análise dos dados recebidos no prazo de que trata o item 2.11, a AGÊNCIA REGULADORA deverá aplicar, a título provisório e precário, para fins de cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO, os resultados apontados pela EMPRESA AVALIADORA e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, naquilo que não contrariar as análises já realizadas pela agência, devendo dar ciência dos cálculos à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE até o 5º dia útil subsequente ao prazo previsto no item 2.10.

2.10.2. Independentemente da aplicação do previsto no item 2.10.1, a AGÊNCIA REGULADORA deverá concluir a análise dos dados recebidos com a maior brevidade possível, sendo que eventuais divergências entre os resultados identificados pela AGÊNCIA REGULADORA, após a conclusão do processo de análise, e os resultados apontados pela EMPRESA AVALIADORA e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, utilizados, a título provisório e precário, para o cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO, deverão ser compensadas no cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO no REAJUSTE subsequente, durante os 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, ou na REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA subsequente, a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, por meio de AJUSTES COMPENSATÓRIOS ou em caso excepcional, em REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA.

2.10.3. A partir do PERÍODO DE APLICAÇÃO do 3º CICLO TARIFÁRIO, as compensações de que trata o item 2.10.2 poderão ocorrer durante o CICLO TARIFÁRIO, desde que mediante anuência expressa da CONCESSIONÁRIA.

2.11. Todos os componentes da RECEITA REQUERIDA utilizada no cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO deverão ser calculados em moeda da data-base do REAJUSTE, da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA ou da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, utilizando o IPCA mais recente disponível ou índice

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

que venha a substituí-lo.

2.12. As TARIFAS DO USUÁRIO deverão observar as regras definidas no ANEXO IV – ANEXO TARIFÁRIO.

2.12.1. Quando a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO necessitar do recebimento do AUXÍLIO para ser menor ou igual à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO correspondente, será observada uma RECEITA TARIFÁRIA DE USUÁRIO que:

$$RT_{Usuário_{PR}} = [OPEX_{PR} + Outras Despesas_{PR} + Remuneração da OUTORGA MÍNIMA_{PR} + Remuneração da BAR_{PR} + Reintegração da OUTORGA MÍNIMA_{PR} + Reintegração da BAR_{PR} - Auxílio_{PR} + RI_{PR} + T_{PR}] - Rec. Adicionais_{PR} - Rec. Complementares_{PR} + Créditos Fiscais_{PR} + AC_{PR}$$

$$TU_{PA} = \frac{RT_{Usuário_{PR}}}{Mercado_{PR}}$$

Em que:

PA é o PERÍODO DE APLICAÇÃO do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

PR é o PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

$OPEX_{PR}$ é o custo operacional regulatório, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Outras Despesas_{PR}$ incluem as outras despesas operacionais no PERÍODO DE REFERÊNCIA, definidas no item 13.1, desde que observados os termos definidos no Capítulo 13 e neste ANEXO;

$Remuneração da OUTORGA MÍNIMA_{PR}$ é a remuneração da OUTORGA MÍNIMA, que corresponde ao montante da aplicação do WACC sobre a OUTORGA MÍNIMA descontada da depreciação ($OUTORGA MÍNIMA \times WACC$), no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Remuneração da BAR_{PR}$ é a remuneração do capital, que corresponde ao montante da aplicação do WACC sobre a BAR_{liq} ($BAR_{liq} \times WACC$), no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Reintegração da OUTORGA MÍNIMA_{PR}$ é a recuperação da OUTORGA MÍNIMA, que corresponde à aplicação da QRR_{OUT} sobre a OUTORGA MÍNIMA ($OUTORGA MÍNIMA \times QRR_{OUT}$) no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Reintegração da BAR_{PR}$ é a recuperação do capital, que corresponde ao somatório dos produtos entre BAR_{Bruta} e QRR , ambas por Unidade Patrimonial ($\sum (BAR_{Bruta_{unid;patr.t-1}} \times QRR_{unid.pat.})$), no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

$AUXÍLIO_{PR}$ é o AUXÍLIO conforme definição no ANEXO X – GLOSSÁRIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

RI_{PR} é a RECEITA IRRECUPERÁVEL regulatória no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

T_{PR} é o Imposto sobre a Renda e o Lucro Regulatório da CONCESSIONÁRIA, definido no item 2.13, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Rec. Adicionais_{PR}$ é a receita adicional a ser compartilhada com os USUÁRIOS quando da execução de ATIVIDADES ADICIONAIS no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Rec. Complementares_{PR}$ é a receita a ser compartilhada com os USUÁRIOS que resulta da aplicação de OUTROS PREÇOS quando da execução das ATIVIDADES COMPLEMENTARES no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Créditos Fiscais_{PR}$ corresponde ao benefício fiscal obtido pela CONCESSIONÁRIA proveniente do AUXÍLIO, benefício a ser compartilhado com os USUÁRIOS;

AC_{PR} são AJUSTES COMPENSATÓRIOS do PERÍODO DE REFERÊNCIA descritos no Capítulo 3;

TU_{PA} é a TARIFA DO USUÁRIO média para o PERÍODO DE APLICAÇÃO;

$RTUsuário_{PR}$ é a RECEITA TARIFÁRIA DE USUÁRIO calculada para o PERÍODO DE REFERÊNCIA; e

$mercado_{PR}$ é a soma do VOLUME FATURADO de água com o VOLUME FATURADO de esgoto no PERÍODO DE REFERÊNCIA.

2.13. O Imposto sobre a Renda e o Lucro Regulatório (T_{t-1}) é calculado como o Lucro Regulatório, isto é, RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO adicionada das RECEITAS ADICIONAIS e RECEITAS COMPLEMENTARES da CONCESSIONÁRIA, deduzida das despesas operacionais, outras despesas operacionais, RECEITAS IRRECUPERÁVEIS e da depreciação contábil, conforme a fórmula seguinte:

$$T_{PR} = (RTEquilíbrio_{PR} + Rec. Complementares_{PR} + Rec. Adicionais_{PR} - OPEX_{PR} - Outras Despesas_{PR} - RI_{PR} - Depreciação Contábil_{PR}) \div \frac{1}{(1 - Alíq. Trib._{PR})}$$

Em que:

PR é o PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

$RTEquilíbrio_{PR}$ é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$Rec. Adicionais_{PR}$ é a RECEITA ADICIONAL a ser compartilhada com os USUÁRIOS quando da execução de ATIVIDADES ADICIONAIS no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

Rec. Complementares_{PR} é a RECEITA COMPLEMENTAR a ser compartilhada com os USUÁRIOS que resulta da aplicação de OUTROS PREÇOS quando da execução das ATIVIDADES COMPLEMENTARES no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

OPEX_{PR} é o custo operacional regulatório no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

Outras Despesas_{PR} são as outras despesas operacionais no PERÍODO DE REFERÊNCIA, definidas no item 13.1, desde que observados os termos definidos no Capítulo 13 e neste ANEXO;

RI_{PR} corresponde às RECEITAS IRRECUPERÁVEIS no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

Depreciação Contábil_{PR} é depreciação contábil da CONCESSIONÁRIA, correspondente ao valor explicitado na Demonstração Financeira auditada da CONCESSIONÁRIA no PERÍODO DE REFERÊNCIA; e

Alíq. Trib._{PR} é a alíquota tributária no PERÍODO DE REFERÊNCIA.

3. AJUSTES COMPENSATÓRIOS

3.1. Em cada REAJUSTE, bem como ao término de cada CICLO TARIFÁRIO, por ocasião das REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS ou REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, a AGÊNCIA REGULADORA poderá incluir AJUSTES COMPENSATÓRIOS relativos ao PERÍODO DE REFERÊNCIA, considerando a diferença entre os valores fixados no início de cada CICLO TARIFÁRIO em relação aos montantes efetivamente verificados, observando o disposto neste ANEXO.

- 3.1.1. Os AJUSTES COMPENSATÓRIOS serão fiscalizados, apurados e validados pela AGÊNCIA REGULADORA.
- 3.1.2. Poderão ser objetos de AJUSTES COMPENSATÓRIOS:
 - i. Repasses a maior ou a menor dos FUNDOS MUNICIPAIS;
 - ii. Valores efetivos de RECEITAS COMPLEMENTARES e de CRÉDITOS FISCAIS;
 - iii. Valores efetivos de pagamento pelo uso de recursos hídricos;
 - iv. Valores efetivos de pagamento pela contratação da EMPRESA AVALIADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, desde que reconhecidos pela AGÊNCIA REGULADORA;
 - v. Despesas associadas ao levantamento de dados da área urbana, rural e núcleos urbanos informais, desde que previamente aprovados pela AGÊNCIA REGULADORA;
 - vi. Despesas com bandeiras tarifárias, componente relacionado aos ajustes inflacionários das rubricas de despesas com energia elétrica do OPEX;

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

- vii. Despesas com compra no atacado de água bruta e exportação de esgoto bruto;
- viii. Divergências entre dados de INVESTIMENTOS admitidos pela AGÊNCIA REGULADORA e os dados informados pela EMPRESA AVALIADORA após a conclusão do processo de análise;
- ix. Divergências entre dados de indicadores do FATOR U, FATOR P, FATOR Q e os resultados apontados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE;
- x. RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA garantida ao CONCESSIONÁRIA no 1º REAJUSTE e 2º REAJUSTE DO 1º CICLO TARIFÁRIO;
- xi. Diferença de VOLUME e composição do VOLUME relacionada à TARIFA DO USUÁRIO no 1º REAJUSTE e 2º REAJUSTE DO 1º CICLO TARIFÁRIO; e
- xii. Defasagem temporal na ATUALIZAÇÃO DA BAR, durante os 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS.

3.1.3. Os valores de AJUSTES COMPENSATÓRIOS deverão ser corrigidos pelo WACC.

3.2. Cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO associado à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA, nos termos do item 3.1.2. "x".

3.2.1. No 1º e no 2º REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO, haverá compensação da diferença entre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA definida no ANEXO VIII – TARIFA INICIAL e a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO da CONCESSIONÁRIA no PERÍODO DE REFERÊNCIA do respectivo REAJUSTE.

3.2.2. Definida a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA conforme disposto no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL para o 1º e o 2º REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO, é encontrada a diferença entre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA e a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO VERIFICADA no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE.

3.2.3. O cálculo da aplicação do AJUSTE COMPENSATÓRIO na RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO (RE) deverá seguir, nessa ordem, esse procedimento: (i) cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO; (ii) cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário; (iii) aplicação do AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário na TARIFA DE EQUILÍBRIO.

3.2.3.1. O AJUSTE COMPENSATÓRIO é calculado conforme fórmula a seguir:

$$\begin{aligned}
 &AJUSTE\ COMPENSATÓRIO_{RE\ PA} \\
 &= (RECEITA\ TARIFÁRIA\ DE\ EQUILÍBRIO\ MÍNIMA_{PR} \\
 &\quad - RECEITA\ TARIFÁRIA\ DE\ EQUILÍBRIO_{PR}) \times \prod_n^{12} (1 + WACC_{am})
 \end{aligned}$$

Em que:

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

PA é o PERÍODO DE APLICAÇÃO do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

PR é o PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;

AJUSTE COMPENSATÓRIO_{RE PA} é o AJUSTE COMPENSATÓRIO no PERÍODO DE APLICAÇÃO do processo tarifário, referente à diferença entre RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA e REQUERIDA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA_{PR} é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA no PERÍODO DE REFERÊNCIA, definida no ANEXO VIII – TARIFA INICIAL;

RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO_{PR} é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO que a CONCESSIONÁRIA receberá efetivamente no PERÍODO DE REFERÊNCIA do processo tarifário; e

WACC_{a.m.} é o WACC, conforme definido no Capítulo 7 do ANEXO V convertido em taxa mensal.

- 3.2.3.2. O AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário (expresso em R\$/m3) referente à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO será calculado como o AJUSTE COMPENSATÓRIO dividido pelo VOLUME FATURADO com os SERVIÇOS no PERÍODO DE REFERÊNCIA, conforme fórmula a seguir:

$$AJUSTE COMPENSATÓRIO Unitário_{RE} = \frac{AJUSTE COMPENSATÓRIO_{RE PA}}{VOLUME FATURADO_{PR}}$$

Em que:

AJUSTE COMPENSATÓRIO_{RE PA} é aquele determinado em 3.2.3(3.2.3); e

VOLUME FATURADO_{PR} é o VOLUME FATURADO no PERÍODO DE REFERÊNCIA com os SERVIÇOS, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO.

- 3.2.3.3. O AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário deverá ser aplicado à TARIFA DE EQUILÍBRIO no próximo REAJUSTE conforme fórmula a seguir, e ser retirado no REAJUSTE do ano posterior:

$$TE_{PA Ajustada} = TE_{PA} \times (1 + \%AJUSTE COMPENSATÓRIO_{TE});$$

$$\begin{aligned} \%AJUSTE COMPENSATÓRIO_{TE} \\ = \left(\frac{TE_{PR} + AJUSTE COMPENSATÓRIO Unitário_{TE}}{TE_{PR}} - 1 \right) \times 100 \end{aligned}$$

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Em que:

$TE_{PA\ Ajustada}$ é a TARIFA DE EQUILÍBRIO do PERÍODO DE APLICAÇÃO ajustada pelo AJUSTE COMPENSATÓRIO em R\$/m³;

TE_{PA} é a TARIFA DE EQUILÍBRIO do PERÍODO DE APLICAÇÃO em R\$/m³;

$\%Ajuste\ Compensatório_{TE}$ é o AJUSTE COMPENSATÓRIO referente à diferença entre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO e a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO MÍNIMA;

TE_{PR} é a TARIFA DE EQUILÍBRIO vigente no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$AJUSTE\ COMPENSATÓRIO\ Unitário_{TE}$ é o AJUSTE COMPENSATÓRIO por VOLUME FATURADO, conforme definido no item 3.2.3.2.

3.3. Cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO associado à TARIFA DO USUÁRIO, nos termos do item 3.1.2"xi".

3.3.1. Deverá haver neutralidade no 1º e 2º REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO em relação a diferenças entre, respectivamente, a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL ou a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA e a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA, no respectivo PERÍODO DE REFERÊNCIA, relativa a alterações de volume e do perfil de consumo (histograma), por meio do AJUSTE COMPENSATÓRIO na TARIFA DO USUÁRIO.

3.3.2. O cálculo da aplicação do AJUSTE COMPENSATÓRIO na TARIFA DO USUÁRIO deverá seguir, nessa ordem, esse procedimento: (i) cálculo da RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO FATURADA; (ii) cálculo da TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA; (iii) obtenção da TARIFA DO USUÁRIO INICIAL para o 1º REAJUSTE e cálculo da TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA para o 2º REAJUSTE; (iv) comparação entre TARIFA DO USUÁRIO INICIAL ou TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA, respectivamente para o 1º e 2º REAJUSTE, e TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA; (v) cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário; (vi) aplicação do AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário na TARIFA DO USUÁRIO. Segue procedimento abaixo.

3.3.2.1. Cálculo da RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO FATURADA:

$$RECEITA\ DO\ USUÁRIO\ FATURADA_{PR} = \sum_1^n [TABELA\ TARIFÁRIA_{i,PR} \times (1 + Taxa\ Crescimento\ Anual_{i,PR}) \times histog_{i,PR}]$$

Em que:

$RECEITA\ TARIFÁRIA\ DO\ USUÁRIO\ FATURADA_{PR}$ é a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO FATURADA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, em todos os MUNICÍPIOS, no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

TABELA TARIFÁRIA_{n,PR} é a TABELA TARIFÁRIA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, vigente no MUNICÍPIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE, determinada no APÊNDICE 1 do ANEXO IV – ANEXO TARIFÁRIO;

Taxa Crescimento Anual_{t-1} é a taxa de crescimento no MUNICÍPIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE, determinada no APÊNDICE 2 do ANEXO IV – ANEXO TARIFÁRIO;

histog._{t-1} é os histogramas de consumo no MUNICÍPIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE; e

i: MUNICÍPIO.

3.3.2.2. Cálculo da TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA (*TUV_{PR}*):

$$TUV_{PR} = \frac{RECEITA\ TARIFÁRIA\ DO\ USUÁRIO\ VERIFICADA_{PR}}{VOLUME\ FATURADO\ realizado_{PR}}$$

Em que:

TUV_{n,PR} é a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, no MUNICÍPIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE;

RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO VERIFICADA_{PR} é a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO VERIFICADA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO; e

VOLUME FATURADO realizado_{n,PR} é o VOLUME FATURADO, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, realizado no MUNICÍPIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE.

3.3.2.3. Obtenção da TARIFA DO USUÁRIO INICIAL e da TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA (*TU_{PR Média}*):

- i. Para o 1º REAJUSTE DO 1º CICLO TARIFÁRIO, obtém-se a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL conforme disposto no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL.
- ii. Para o 2º REAJUSTE DO 1º CICLO TARIFÁRIO, a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA, única para toda a concessão, é definida como a razão entre a RECEITA TARIFÁRIA DO USUÁRIO FATURADA no PERÍODO DE REFERÊNCIA e o VOLUME FATURADO realizado de água e esgoto no PERÍODO DE REFERÊNCIA, como na fórmula a seguir:

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

$$TU_{PR\ Média} = \frac{(\sum_1^i RECEITA\ TARIFÁRIA\ DO\ USUÁRIO\ FATURADA_{PR})}{(\sum_1^i VOLUME\ FATURADO\ Realizado_{PR})}$$

Em que:

$TU_{PR\ Média}$ é a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$RECEITA\ TARIFÁRIA\ DO\ USUÁRIO\ FATURADA_{PR}$ é a RECEITA TARIFÁRIA DOS USUÁRIOS FATURADA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, no PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$VOLUME\ FATURADO\ Realizado_{PR}$ é o VOLUME FATURADO, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, realizado de água e esgoto dos MUNICÍPIOS no PERÍODO DE REFERÊNCIA; e

i: MUNICÍPIOS.

3.3.2.4. Comparação entre a TARIFA DO USUÁRIO INICIAL ou a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA com a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA. A diferença entre a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA e a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA pode ser positiva ou negativa. Caso a diferença seja negativa, não há cálculo de AJUSTE COMPENSATÓRIO. Caso a diferença seja positiva, aplica-se AJUSTE COMPENSATÓRIO na TARIFA DO USUÁRIO do período seguinte.

3.3.2.5. O AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário relativo à TARIFA DO USUÁRIO (TU) no caso de diferença positiva é calculado conforme fórmula a seguir:

$$\begin{aligned} &AJUSTE\ COMPENSATÓRIO\ Unitário_{TU\ PA} \\ &= (TU_{PR\ Média} - TUV_{PR}) \times \prod_n^{12} (1 + WACC_{a\ m}) \\ &\times (1 - \%GESp) \end{aligned}$$

Em que:

$AJUSTE\ COMPENSATÓRIO\ Unitário_{TU\ PA}$ é o AJUSTE COMPENSATÓRIO referente à TARIFA DO USUÁRIO para o PERÍODO DE APLICAÇÃO, associado ao impacto das mudanças de volume e do perfil de consumo (histograma);

$TU_{PR\ Média}$ é a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA;

TUV_{PR} é a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE; e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

$WACC_{a.m.}$ é o WACC, conforme definido no Capítulo 7 do ANEXO V convertido em taxa mensal.

$\%GESP$ é o percentual, correspondente a (●)%, da diferença de TARIFA DO USUÁRIO que o governo absorve através de AUXÍLIO ADICIONAL, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, podendo ser igual ou maior do que zero a fim de mitigar o impacto ao USUÁRIO.

- 3.3.2.6. Aplicação do AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário na TARIFA DO USUÁRIO. O cálculo da TARIFA DO USUÁRIO para o PERÍODO DE APLICAÇÃO deverá incluir o AJUSTE COMPENSATÓRIO unitário, conforme fórmula a seguir:

$$\begin{aligned}
 TU_{PA \text{ Ajustada}} &= TU_{PA} \times (1 + \%AJUSTE \text{ COMPENSATÓRIO do USUÁRIO}_{TU}); \\
 \%AJUSTE \text{ COMPENSATÓRIO do USUÁRIO}_{TU} &= \left(\frac{TUV_{PR} + AJUSTE \text{ COMPENSATÓRIO do USUÁRIO Unitário}_{TU}}{TUV_{PR}} - 1 \right) \times 100
 \end{aligned}$$

Em que:

$TU_{PA \text{ Ajustada}}$ é a TARIFA DO USUÁRIO ajustada após o cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO, para o PERÍODO DE APLICAÇÃO do REAJUSTE;

TU_{PA} é a TARIFA DO USUÁRIO sob a qual incidirá o AJUSTE COMPENSATÓRIO, para o PERÍODO DE APLICAÇÃO do REAJUSTE;

$\%Ajuste \text{ Compensatório Usuário}_{TU}$ é o percentual de variação da TARIFA DO USUÁRIO que reflete o cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO;

TUV_{PR} é a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA VERIFICADA, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, no ano de referência do REAJUSTE.

- 3.4. O AJUSTE COMPENSATÓRIO sobre a defasagem temporal na ATUALIZAÇÃO DA BAR, referente ao item 3.1."xii", comporá a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO e seu cálculo deve seguir o procedimento abaixo.

- 3.4.1. A AGÊNCIA REGULADORA deverá proceder ao AJUSTE COMPENSATÓRIO relativo à defasagem temporal na ATUALIZAÇÃO DA BAR, aqui denominada BAR INCREMENTAL, na tarifa.
- 3.4.2. Esse AJUSTE COMPENSATÓRIO refere-se à capitalização da remuneração da BAR INCREMENTAL desde o mês de entrada em operação de cada ativo no período de referência até sua inclusão nas TARIFAS, considerando o intervalo regular entre os

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

REAJUSTES nos dois primeiros CICLOS TARIFÁRIOS.

- 3.4.3. A capitalização deverá observar a TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA depois de impostos convertida em taxa mensal, além da atualização monetária pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 3.4.4. O cálculo da aplicação do AJUSTE COMPENSATÓRIO relativo à defasagem temporal no reconhecimento da BAR INCREMENTAL na tarifa deverá seguir, nessa ordem, esse procedimento: (i) cálculo da BAR INCREMENTAL bruta do mês n ; (ii) cálculo da BAR INCREMENTAL líquida no mês n ; (iii) cálculo da reintegração do capital da BAR INCREMENTAL bruta no mês n ; (iv) cálculo da remuneração de capital da BAR INCREMENTAL líquida no mês n ; (v) cálculo do AJUSTE COMPENSATÓRIO referente à BAR INCREMENTAL do mês n ; (vi) soma dos AJUSTES COMPENSATÓRIOS referentes a BAR INCREMENTAL do PERÍODO DE REFERÊNCIA.
- 3.4.4.1. Cálculo da BAR INCREMENTAL bruta do mês n , a qual considera as adições da BAR do mês n do PERÍODO DE REFERÊNCIA, somadas às adições ocorridas nos meses do PERÍODO DE REFERÊNCIA anteriores a n , dada pela seguinte equação:

$$BARbruta_{INC_n} = BARbruta_{INC_{n-1}} \times \left(\frac{I_n}{I_{n-1}} \right) + AdBARbruta_n$$

Em que:

$BARbruta_{INC_n}$ é a BAR INCREMENTAL bruta do mês n ;

I_n é o índice de variação inflacionária de cada mês, dado pelo número índice do IPCA do mês n do PERÍODO DE REFERÊNCIA; e

$AdBARbruta_n$ representa as adições da BAR bruta no mês n do PERÍODO DE REFERÊNCIA.

- 3.4.4.2. Cálculo da BAR INCREMENTAL líquida no mês n , a qual deduz, da BAR INCREMENTAL líquida do mês $n-1$, a depreciação mensal das adições ocorridas no PERÍODO DE REFERÊNCIA nos meses anteriores a n , e incorpora as adições da BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA do mês n do PERÍODO DE REFERÊNCIA, considerando o ÍNDICE DE APROVEITAMENTO, dada pela seguinte equação:

$$BARliq_{INC_n} = \left(BARliq_{INC_{n-1}} - DA_{BARliq_{INC_{n-1}}} \right) \times \left(\frac{I_n}{I_{n-1}} \right) + AdBARliq_n$$

Em que:

$BARliq_{INC_n}$ é a BAR INCREMENTAL líquida no mês n ;

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

$DA_{BARliq_{INCn-1}}$ representa a depreciação mensal das adições ocorridas no PERÍODO DE REFERÊNCIA antes do mês n ; e

$AdBARliq_n$ representa as adições da BAR líquida no mês n do PERÍODO DE REFERÊNCIA, considerando o ÍNDICE DE APROVEITAMENTO.

- 3.4.4.3. Cálculo da reintegração do capital da BAR INCREMENTAL bruta no mês n , dada pelo somatório dos produtos entre a QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA e a $BARbruta_{INCn}$, ambos por unidade patrimonial (UP):

$$REINT_{BAR\ inc\ n} = \sum_{UP} BARbruta_{INCn} \times QRR_{BAR_{INCa.m.}}$$

Em que:

$REINT_{BAR\ inc\ n}$ é a reintegração do capital da BAR INCREMENTAL bruta no mês n ; e

$QRR_{BAR_{INCa.m.}}$ é a QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA, convertida em taxa mensal, dos BENS VINCULADOS que compõe a BAR INCREMENTAL do PERÍODO DE REFERÊNCIA;

- 3.4.4.4. Cálculo da remuneração de capital da BAR INCREMENTAL líquida no mês n , dada pelo produto entre a $BARliq_{INCn}$ e o WACC mensal, conforme equação a seguir:

$$REM_{BAR\ inc\ n} = BARliq_{INCn} \times WACC_{a.m.}$$

Em que:

$REM_{BAR\ inc\ n}$ é a remuneração de capital da BAR INCREMENTAL líquida no mês n ; e

$WACC_{a.m.}$ é o WACC, conforme definido no Capítulo 7 convertido em taxa mensal.

- 3.4.5. O AJUSTE COMPENSATÓRIO será calculado conforme fórmula descrita abaixo:

$$AC_{BAR\ inc\ PA} = \sum_{n=1}^{\Delta} \left\{ (REM_{BAR\ inc\ n} + REINT_{BAR\ inc\ n}) \times [(1 + WACC_{a.m.})^{\Delta-n+0,5} - 1] \times \left(\frac{I_{IRT}}{I_n} \right) \right\}$$

Em que:

$AC_{BAR\ inc\ PA}$ é o valor do AJUSTE COMPENSATÓRIO relativo à defasagem temporal no reconhecimento da BAR INCREMENTAL adicionada no PERÍODO DE REFERÊNCIA para o PERÍODO DE APLICAÇÃO;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

$REM_{BAR\ inc\ n}$ é a remuneração de capital da BAR INCREMENTAL líquida no mês n , dada pelo produto entre o $WACC_{a.m.}$ e a $BARliq_{INC\ n}$;

$REINT_{BAR\ inc\ n}$ é a reintegração de capital da BAR INCREMENTAL bruta no mês n , dada pelo produto entre a QRR e a $BARbruta_{INC\ n}$;

$WACC_{a.m.}$ é o WACC, conforme definido no Capítulo 7 convertido em taxa mensal;

I_{IRT} é o índice de variação inflacionária utilizado nos REAJUSTES;

Δ é o horizonte máximo de meses de defasagem temporal no reconhecimento da BAR INCREMENTAL, contado desde o primeiro mês do PERÍODO DE REFERÊNCIA até o mês imediatamente anterior ao PERÍODO DE APLICAÇÃO das TARIFAS calculadas com este AJUSTE COMPENSATÓRIO;

n é cada mês do horizonte de defasagem temporal no reconhecimento da BAR INCREMENTAL do PERÍODO DE REFERÊNCIA, transcorridos desde o primeiro mês de adição de ativos até o mês imediatamente anterior ao de aplicação das TARIFAS calculadas com este AJUSTE COMPENSATÓRIO; e

(0,5) corresponde à aplicação da meia taxa que representa a incorporação do ativo no meio mês n .

- 3.4.6. Caso o intervalo entre REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA seja distinto do intervalo regular de 12 (doze) meses, a metodologia descrita no item 3.4.5 será alterada com o acréscimo ou a supressão de número de meses correspondentes, para que o AJUSTE COMPENSATÓRIO corresponda ao intervalo transcorrido entre os referidos processos tarifários.

3.5. A AGÊNCIA REGULADORA poderá proceder a outros AJUSTES COMPENSATÓRIOS, exclusivamente relativos a itens não gerenciáveis, não especificados neste ANEXO ou no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL, desde que formalmente reconhecidos pela AGÊNCIA REGULADORA, apresentada justificativa para o ato e discutido previamente com a CONCESSIONÁRIA.

4. REGRAS DE REVISÃO

4.1. O realinhamento das TARIFAS aos custos de prestação dos SERVIÇOS ocorrerá por meio de (i) REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA; e/ou (ii) REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

4.2. A REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e/ou a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA observarão as fórmulas definidas no item 2.6, assim como a matriz de riscos prevista no CONTRATO.

4.3. A atualização monetária ocorrerá por meio de REAJUSTES.

4.4. REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- 4.4.1. As REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS buscarão, simultaneamente:
- i. assegurar a fixação da TARIFA DE EQUILÍBRIO para o subsequente CICLO TARIFÁRIO, conforme as premissas, metodologia de cálculo e demais regras previstas neste ANEXO; e
 - ii. nos termos do CONTRATO e deste ANEXO, contribuir com a modicidade tarifária, inclusive por meio da distribuição dos ganhos de eficiência tecnológica pelo FATOR X, dos ganhos de EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE) e dos resultados obtidos com as RECEITAS ADICIONAIS e RECEITAS COMPLEMENTARES.
- 4.4.2. Na REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, a AGÊNCIA REGULADORA determinará a TARIFA DE EQUILÍBRIO para o CICLO TARIFÁRIO subsequente, definindo a RECEITA REQUERIDA a partir dos valores necessários para remunerar os custos incorridos na prestação dos SERVIÇOS, em regime de eficiência, e os INVESTIMENTOS realizados de modo prudente, nos termos deste ANEXO.
- 4.4.3. Em todas as REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS, o mês de dezembro do ano anterior à aplicação da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA será a data-base da homologação, e o 1º de janeiro do ano imediatamente seguinte será a data-base para aplicação da TARIFA DE EQUILÍBRIO atualizada e da TARIFA DO USUÁRIO com AJUSTES COMPENSATÓRIOS.

4.5. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

- 4.5.1. A REVISÃO EXTRAORDINÁRIA é excepcional e apenas será cabível quando comprovado que há inequívoco comprometimento da solvência e liquidez da CONCESSIONÁRIA que comprometa a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, sendo necessário, também, demonstrar que as consequências do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO não poderão ser solucionadas na ocasião de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.
- 4.5.1.1. A metodologia para reconhecimento cabível da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA pela AGÊNCIA REGULADORA será aquela a ser desenvolvida em CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.
- 4.5.2. Com base na alocação de riscos constante do CONTRATO, a AGÊNCIA REGULADORA levará em consideração os impactos na solvência e na liquidez da CONCESSIONÁRIA, além da continuidade de execução dos SERVIÇOS a fim de avaliar a pertinência e a possibilidade de processamento da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 4.5.3. No caso de alterações ao Anexo II - ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO, a AGÊNCIA REGULADORA poderá avaliar a necessidade de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA apenas para alterações após o início do 3º CICLO TARIFÁRIO

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

que comprovadamente comprometam a solvência e a liquidez da CONCESSIONÁRIA ou a continuidade e prestação dos SERVIÇOS.

- 4.5.4. A AGÊNCIA REGULADORA e/ou PODER CONCEDENTE poderá implementar medidas cautelares voltadas à mitigação dos efeitos de desequilíbrios contratuais, na forma da REGULAÇÃO.
- 4.5.5. Os pleitos de REVISÃO EXTRADORDINÁRIA não serão processados quando apresentados em período inferior a 12 meses anteriores ao processo de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, devendo ser tratados na REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA subsequente.
- 4.5.6. O procedimento de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, quando cabível, poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, ou ainda de ofício pela AGÊNCIA REGULADORA.
 - 4.5.6.1. A PARTE pleiteante deverá (i) identificar, qualificar e comprovar o evento nos termos do item 4.5.3. e (ii) comunicar a outra PARTE e a AGÊNCIA REGULADORA, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da data em que tomou conhecimento de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das relações contratuais, bem como possibilitar o adequado manejo das consequências do evento que fundamenta o pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
 - 4.5.6.2. No prazo previsto no item 4.5.6.1. acima, a PARTE deverá comunicar à outra PARTE e à AGÊNCIA REGULADORA a ocorrência do evento que fundamenta o pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA identificado, mediante a comprovação das características descritas no item 4.5.3 acima.
- 4.5.7. A AGÊNCIA REGULADORA terá até 60 (sessenta) dias para se manifestar sobre o cabimento da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA com as características previstas no item 4.5.3 acima.
 - 4.5.7.1. Quando não justificada ou acolhida pela AGÊNCIA REGULADORA a justificativa de urgência no tratamento do evento que deu ensejo ao pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, este deverá ser tratado na REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA subsequente.
 - 4.5.7.2. O prazo de que trata o item 4.5.7 poderá ser prorrogado mediante justificativa, podendo ser interrompida a contagem de prazo caso seja necessário solicitar adequação e complementação da instrução processual.
- 4.5.8. O pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO iniciado de ofício pela AGÊNCIA REGULADORA, ou por provocação do PODER CONCEDENTE, deverá ser

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, acompanhado de cópia dos laudos e estudos pertinentes.

- 4.5.8.1. Recebida a notificação de que trata este item, a CONCESSIONÁRIA terá até 60 (sessenta) dias para apresentar manifestação fundamentada quanto ao pleito.
- 4.5.8.2. Em consideração à resposta da CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA terá 30 (trinta) dias para manifestar-se quando ao pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA. No decorrer da análise dos pedidos de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, pela AGÊNCIA REGULADORA, ficam mantidas integralmente todas as obrigações da CONCESSIONÁRIA.
- 4.5.9. O processo de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA deverá ser concluído em até 180 (cento e oitenta) dias contados da sua instauração, prorrogáveis por solicitação de qualquer das PARTES, ou da AGÊNCIA REGULADORA, uma única vez, por até 60 (sessenta) dias, sempre mediante justificativas a serem apresentadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis do encerramento do prazo original e analisadas pela AGÊNCIA REGULADORA em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento.
- 4.5.10. A AGÊNCIA REGULADORA poderá contar com o apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE durante o processo de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 4.5.11. Demais aspectos e parâmetros relativos ao procedimento de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA serão estabelecidos posteriormente nos termos do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.

5. REGRAS DE REAJUSTE

5.1. Nos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, o REAJUSTE da TARIFA DE EQUILÍBRIO contemplará a variação inflacionária, a aplicação de FATOR Q, do FATOR P, observado o item 5.1.6 e do FATOR U, além da atualização dos componentes tarifários explicitados nos itens 5.1.8 e 5.1.9.

- 5.1.1. O Índice de REAJUSTE (IRT), a ser aplicado a partir do mês de janeiro após sua homologação, será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$IRT = \frac{RT_1}{RT_0} + (\text{inflação} + \text{Fator Q} + \text{Fator P} - \text{Fator U})$$

Em que:

RT_1 é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO, para o PERÍODO DE REFERÊNCIA, a ser reajustada, sendo definida conforme critérios especificados abaixo;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

RT_0 é a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO base observada no PERÍODO DE REFERÊNCIA a ser reajustada, que corresponde ao produto entre MERCADO DE REFERÊNCIA, que considera o VOLUME FATURADO, e a TARIFA DE EQUILÍBRIO vigente;

Fator Q é o Fator de Incentivo à Qualidade dos serviços, definido no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE;

Fator P é o Fator de Perdas, definido no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE;

Fator U é o Fator de Universalização, definido no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO;

Inflação é a variação do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do último ajuste tarifário até a data-base do processo tarifário de REAJUSTE.

- 5.1.2. Sempre que a soma do FATOR Q, do FATOR P e do FATOR U, conforme descrito na fórmula contida no item 5.1.1 **Error! Reference source not found.** acima, for maior que zero, este resultado deve ser desconsiderado para o cálculo do IRT, adotando-se o valor zero a fim de que o impacto no cálculo do IRT seja apenas aquele decorrente do índice inflacionário.
- 5.1.3. O FATOR Q passará a ser considerado no cálculo do IRT a partir do 1º REAJUSTE, conforme definido no item 19.5 e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE.
- 5.1.4. O FATOR P passará a ser considerado no cálculo do IRT a partir do 4º REAJUSTE, conforme definido no item 20.5, no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE.
- 5.1.5. O FATOR U passará a ser considerado no cálculo do IRT a partir do 2º REAJUSTE, conforme definido no item 21.6 e no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO.
- 5.1.6. A parcela do REAJUSTE referente à atualização monetária das TARIFAS e os OUTROS PREÇOS considerará a variação IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 5.1.7. O tratamento do FATOR X durante o 1º e o 2º CICLO TARIFÁRIO tem regras definidas nos itens 12.1.1 e 12.1.2.
- 5.1.8. Durante os REAJUSTES dos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, serão incorporadas à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO (RT_1) as atualizações da BAR, do MERCADO DE REFERÊNCIA, outras despesas operacionais, RECEITAS COMPLEMENTARES e outros

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

componentes passíveis de AJUSTES COMPENSATÓRIOS; enquanto outros parâmetros de cálculo dos componentes da RR permanecerão fixos ao longo de cada um desses CICLOS TARIFÁRIOS, e iguais aos valores definidos no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL, no caso de REAJUSTES do 1º CICLO TARIFÁRIO, ou na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, no caso de REAJUSTES do 2º CICLO TARIFÁRIO.

5.1.9. A RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO (*RT1*) a ser calculada nos REAJUSTES no 1º e no 2º CICLOS TARIFÁRIOS será determinada considerando:

- i. a RR composta pelas despesas operacionais, pela remuneração e reintegração do capital e da OUTORGA MÍNIMA e pelas RECEITAS IRRECUPERÁVEIS;
- ii. a ATUALIZAÇÃO DA BAR em cada REAJUSTE, corresponde à BAR BLINDADA do ano anterior após movimentações, considerando a dedução da depreciação acumulada, das baixas, o ajuste do ÍNDICE DE APROVEITAMENTO, as reclassificações de elegibilidade e a incorporação dos INVESTIMENTOS imobilizados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, cujos valores deverão ser depreciados e atualizados monetariamente pelo IPCA, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, anualmente;
- iii. a TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA, fixa definida no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL para o 1º CICLO TARIFÁRIO, ou na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA para o 2º CICLO TARIFÁRIO;
- iv. para cálculo do OPEX, sobre os custos unitários definidos no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL, atualização inflacionária pelo IPCA, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, em cada REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO.
- v. para cálculo do OPEX, sobre os custos unitários definidos na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, atualização inflacionária pelo IPCA, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, e desconto cumulativo dos ganhos de eficiência tecnológica associados ao FATOR X, em cada REAJUSTE do 2º CICLO TARIFÁRIO, conforme mencionado no item 5.1.7;
- vi. para cálculo do OPEX, em cada REAJUSTE incorporação das informações atualizadas do MERCADO DE REFERÊNCIA como número de LIGAÇÕES ATIVAS e volumes;
- vii. o montante ou percentual de receitas relativo ao repasse a programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação que venham a ser implementados pela AGÊNCIA REGULADORA;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- viii. para cálculo das RECEITAS IRRECUPERÁVEIS, a taxa de inadimplência regulatória fixa e igual àquela definida no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL para o 1º CICLO TARIFÁRIO, ou na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA para o 2º CICLO TARIFÁRIO, conforme item 15.3 e 15.4;
- ix. para cálculo das RECEITAS IRRECUPERÁVEIS, em cada REAJUSTE, atualização da RECEITA REQUERIDA sobre a qual incide a taxa de inadimplência regulatória mencionada na letra viii;
- x. o compartilhamento das RECEITAS ADICIONAIS igual ao montante definido no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL atualizado monetariamente pelo IPCA, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, da data-base de cada REAJUSTE anual para o 1º CICLO TARIFÁRIO, e o critério de compartilhamento das RECEITAS ADICIONAIS fixo e igual ao definido neste ANEXO do CONTRATO para o 2º CICLO TARIFÁRIO;
- xi. o critério de repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS, observando os percentuais definidos no respectivo ato que disciplina a base de cálculo do repasse e no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO;
- xii. a atualização das RECEITAS COMPLEMENTARES, em cada REAJUSTE, para que o compartilhamento integral das RECEITAS COMPLEMENTARES com os OUTROS PREÇOS considere as receitas verificadas no PERÍODO DE REFERÊNCIA, atualizadas monetariamente pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo;
- xiii. atualização de outras despesas operacionais definidas no item 13.1, em cada REAJUSTE, desde que observados os critérios definidos no Capítulo 13 e neste ANEXO;
- xiv. AJUSTES COMPENSATÓRIOS definidos no item 3.1.2, com exceção do item 3.1.2xi.

5.2. A partir do PERÍODO DE APLICAÇÃO do 3º CICLO TARIFÁRIO, o REAJUSTE da TARIFA DE EQUILÍBRIO contemplará apenas a variação inflacionária, a aplicação do FATOR X, do FATOR Q, do FATOR P e do FATOR U.

5.2.1. O Índice de REAJUSTE (IRT) será calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$IRT = \text{inflação} - \text{Fator X} \pm \text{Fator Q} \pm \text{Fator P} - \text{Fator U}$$

Em que:

P: TARIFA DE EQUILÍBRIO no ano do processo tarifário;

Fator X: fator de compartilhamento dos ganhos de eficiência tecnológica nos custos operacionais;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

Fator Q é o Fator de Incentivo à Qualidade dos serviços, definido no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE;

Fator P é o Fator de Perdas, definido no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO e no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE;

Fator U é o Fator de Universalização, definido no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO; e

Inflação é a variação do IPCA desde a data do último ajuste tarifário até a data-base do processo de REAJUSTE.

- 5.2.2. O tratamento do FATOR X, a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, tem regras definidas no item 12.1.3.
- 5.2.3. Sempre que a soma do FATOR X, do FATOR Q, do FATOR P e do FATOR U, conforme descrito na fórmula contida no item 5.2.1 acima, for maior que zero, este resultado deve ser desconsiderado para o cálculo do IRT, adotando-se o valor zero a fim de que o impacto no cálculo do IRT seja apenas aquele decorrente do índice inflacionário.
- 5.2.4. Assim como nos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, a parcela do REAJUSTE referente à atualização monetária da TARIFA DE EQUILÍBRIO e os OUTROS PREÇOS considerará a variação do IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

6. ATUALIZAÇÃO DA BAR

6.1. A AGÊNCIA REGULADORA, apoiada no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS da EMPRESA AVALIADORA, atuará no acompanhamento da evolução dos INVESTIMENTOS, bem como de sua amortização e depreciação, para fins de ATUALIZAÇÃO DA BAR e eventual cálculo de indenização dos BENS REVERSÍVEIS.

- 6.1.1. Durante os dois primeiros CICLOS TARIFÁRIOS, a ATUALIZAÇÃO DA BAR ocorrerá anualmente, por ocasião do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;
- 6.1.2. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, uma vez concluídos os ciclos de maiores INVESTIMENTOS, a ATUALIZAÇÃO DA BAR ocorrerá a cada 5 anos, na ocasião das REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS.

6.2. O LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS, produzido no processo de CERTIFICAÇÃO anual dos INVESTIMENTOS a ser desenvolvido pela EMPRESA AVALIADORA, cujas regras de atuação estão detalhadas no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- 6.2.1. Será elaborado pela EMPRESA AVALIADORA, sendo os custos de contratação arcados pela CONCESSIONÁRIA e incorporados à TARIFA DE EQUILÍBRIO;
- 6.2.2. Terá como data de corte 31 de dezembro do PERÍODO DE REFERÊNCIA a que se refere o LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS;
- 6.2.3. Deverá ser entregue pela CONCESSIONÁRIA, através do SISTEMA INFORMATIZADO, à AGÊNCIA REGULADORA até 31 de maio do ano em que processado o REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, para fins de inventário físico, verificação da operacionalidade e conciliação contábil dos ativos, e avaliação e fiscalização pela equipe técnica da AGÊNCIA REGULADORA. Em caso de descumprimento do prazo, serão repassados apenas 75% (setenta e cinco por cento) dos custos da contratação da EMPRESA AVALIADORA incorridos pela CONCESSIONÁRIA no PERÍODO DE REFERÊNCIA;
- 6.2.4. Na hipótese de o LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS vir a ser entregue após 31 de agosto, os INVESTIMENTOS do PERÍODO DE REFERÊNCIA não serão incorporados no respectivo cálculo tarifário, sem prejuízo de sua incorporação em REAJUSTE, no caso dos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, ou em REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO;
- 6.2.5. O LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS, apresentado conforme os itens 6.2.2 e 6.2.3, deverá ser avaliado pela AGÊNCIA REGULADORA até 30 de setembro do ano em que processado o REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, para incorporação da ATUALIZAÇÃO DA BAR na TARIFA DE EQUILÍBRIO do REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA correspondente. Caso a AGÊNCIA REGULADORA, em fiscalização, identifique não conformidade, a AGÊNCIA REGULADORA deverá emitir um termo de notificação para correção pela CONCESSIONÁRIA dos problemas apontados;
- 6.2.6. Caso a AGÊNCIA REGULADORA descumpra o prazo previsto no item acima, a TARIFA DE EQUILÍBRIO do REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA correspondente deverá considerar o valor da BAR informada no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS. Nessa hipótese, no processo tarifário subsequente, que seja REAJUSTE, no caso dos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, deverão ser feitos os eventuais AJUSTES COMPENSATÓRIOS, uma vez aprovado o respectivo LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS;
- 6.2.7. Os procedimentos de fiscalização do LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS serão definidos pela AGÊNCIA REGULADORA nos termos do item 4.4 – Procedimentos de Fiscalização da Base de Ativos dos Procedimentos de Cálculo Tarifário (PROCALT) da ARSESP, ou outro definido por meio de CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO que venha a lhe substituí-lo.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

6.3. Com base no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS, a AGÊNCIA REGULADORA decidirá quanto à homologação dos INVESTIMENTOS e a ATUALIZAÇÃO DA BAR nas TARIFAS.

6.4. Em caso de divergências entre a CONCESSIONÁRIA, a EMPRESA AVALIADORA e a AGÊNCIA REGULADORA quanto às conclusões do LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS e à memória de cálculo do valor dos INVESTIMENTOS realizados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, os valores incontroversos serão homologados pela AGÊNCIA REGULADORA e incorporados à BAR no processo de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

6.5. Em relação aos valores controversos que não tenham sido homologados, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a reavaliação da AGÊNCIA REGULADORA, inclusive com a apresentação de informações complementares, para que sejam incorporados à BAR nos REAJUSTES dos 1º e do 2º CICLOS TARIFÁRIOS, em REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO ou em REVISÃO EXTRAORDINÁRIA após o início do 3º CICLO TARIFÁRIO. Os valores inicialmente controversos, caso ajustados e devidamente homologados pela AGÊNCIA REGULADORA, serão incorporados às TARIFAS considerando também a frustração de receita no período transcorrido sem que os INVESTIMENTOS fossem remunerados e recuperados nas TARIFAS.

6.6. A decisão da AGÊNCIA REGULADORA por não homologar valores de INVESTIMENTOS que constem do LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS deverá ser tecnicamente justificada e precedida de processo administrativo que observe o direito à ampla defesa e ao contraditório da CONCESSIONÁRIA.

6.7. As decisões da AGÊNCIA REGULADORA sobre a ATUALIZAÇÃO DA BAR por ocasião do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA são finais na esfera administrativa, sem prejuízo de seu questionamento por qualquer das PARTES em sede arbitral.

6.8. Será utilizada a abordagem *Rolling Forward* para a movimentação da BAR ao longo dos anos do CICLO TARIFÁRIO.

6.8.1. A movimentação da base obedecerá ao resultado do LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS, desde que aprovado e homologado pela AGÊNCIA REGULADORA.

6.8.2. O método *Rolling Forward*, que deverá ser respeitado no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS, consiste na atualização monetária da BAR BLINDADA homologada pela AGÊNCIA REGULADORA no último processo tarifário, considerando a dedução da depreciação acumulada no período e das baixas, o ajuste do ÍNDICE DE APROVEITAMENTO, as reclassificações de elegibilidade e a incorporação da BAR INCREMENTAL.

6.8.3. Serão considerados os juros de obras em andamento no cálculo da BAR, cujos critérios seguirão aqueles definidos na Deliberação ARSESP nº 1.488, de 12 de janeiro de 2024 e suas atualizações ou outra definida por meio de CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO que venha a substituí-la.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

6.9. A blindagem da BAR INICIAL de cada PERÍODO DE REFERÊNCIA garante que o preço do ativo não será reavaliado pela AGÊNCIA REGULADORA e tampouco será incorporada qualquer mudança tecnológica, uma vez que os INVESTIMENTOS são analisados sob a ótica de prudência no momento de sua incorporação à BAR.

6.10. A blindagem da BAR passará a ocorrer a partir do PERÍODO DE APLICAÇÃO do 1º REAJUSTE, após aprovação e homologação do LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS pela AGÊNCIA REGULADORA.

6.11. Os LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS devem observar que a metodologia para estimação dos INVESTIMENTOS é distinta a depender do REAJUSTE em questão. Até o PERÍODO DE APLICAÇÃO do 2º REAJUSTE, a metodologia de valoração de novos INVESTIMENTOS será realizada pelo VALOR ORIGINAL CONTÁBIL (VOC) indexado, observando o regramento sobre metodologia VOC disposto na Deliberação ARSESP nº 1.488, de 12 de janeiro de 2024, e suas atualizações ou outra que venha a substituí-la. A partir do PERÍODO DE APLICAÇÃO do 3º REAJUSTE, a metodologia de valoração dos novos INVESTIMENTOS será DRC, observando os termos da Deliberação a ser publicada pela ARSESP em 2026, suas atualizações ou outra que venha a substituí-la em regramento conjunto entre as AGÊNCIAS REGULADORAS conforme o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.

6.12. No 3º REAJUSTE e ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, o LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS e o processo de CERTIFICAÇÃO deverão:

- i. Verificar se os valores de aquisição da CONCESSIONÁRIA são aderentes aos preços de mercado para valoração dos INVESTIMENTOS imobilizados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, de modo a desincentivar comportamentos oportunistas e sobrepreços; e
- ii. Não incorporar mudanças tecnológicas, isto é, considerar o ativo em condições idênticas com a mesma tecnologia e solução de engenharia, de modo a mitigar o risco de distanciamento entre o preço do ativo no momento do desembolso e o preço valorado no mercado (metodologia DRC).

7. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

7.1. A TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA (WACC) incide sobre o montante dos INVESTIMENTOS ainda não depreciados ou amortizados (BARLiq) e busca cobrir o custo de oportunidade associado à opção de se investir em um determinado negócio ou projeto em detrimento de alternativas de investimento.

7.2. A TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA será calculada pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (em inglês: *Weighted Average Cost of Capital* – WACC), cujo resultado consiste na média entre os Custos do Capital Próprio e de Terceiros, ponderados por uma Estrutura de Capital referencial, conforme descrito na fórmula a seguir:

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

$$r_{WACC} = \frac{P}{P+D} \times r_p + \frac{D}{P+D} \times r_d(1-T)$$

Em que:

r_{WACC} é a TAXA real DE REMUNERAÇÃO de capital REGULATÓRIA;

r_p é custo real do capital próprio;

r_d é o custo real do capital de terceiros;

P é o montante do capital próprio estimado para a CONCESSIONÁRIA na estrutura de financiamento;

D é o montante de capital de terceiros estimado para a CONCESSIONÁRIA na estrutura de financiamento;

T corresponde à alíquota de impostos a ser considerada no custo real do capital de terceiros.

7.3. O cálculo do Custo Real do Capital Próprio priorizará a adoção do modelo CAPM (em inglês: *Capital Asset Pricing Model* – CAPM) Country Spread Model, até que resolução normativa publicada por meio de CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, defina pela substituição por um modelo CAPM híbrido, de acordo com as fórmulas indicadas a seguir:

$$r_p^n = R_f + \beta(R_m - R_f) + r_{Br}$$

$$r_p = \frac{1 + r_p^n}{1 + CPI} - 1$$

Em que:

r_p é o custo real do capital próprio;

r_p^n é o custo nominal do capital próprio;

CPI é a taxa de inflação estadunidense;

R_f é a taxa nominal de retorno livre de risco referenciada no mercado financeiro estadunidense;

β é o coeficiente angular (inclinação) da reta que mede o grau de risco do ativo frente às flutuações do mercado;

R_m é a taxa nominal esperada de retorno do mercado, que corresponde ao rendimento do mercado de capitais (Índice de Bolsa de Valores) referenciada no mercado financeiro estadunidense; e

r_{Br} é o prêmio pelo risco país, correspondente ao adicional de retorno exigido pelos investidores para compensar os riscos de investir no Brasil, calculado com

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

base no spread dos contratos de *Credit Default Swap* (CDS) da dívida soberana brasileira.

- 7.3.1. As taxas utilizadas no cálculo do custo do capital próprio são nominais. Portanto, será necessário ajustar seus valores pela taxa de inflação dos Estados Unidos da América, a fim de determinar o custo real do capital próprio.
- 7.3.2. A taxa livre de risco representa os rendimentos de títulos denominados seguros, que são aqueles com baixa probabilidade de cessação de pagamentos e mínimo risco de insolvência. Essa taxa será preferencialmente referenciada no mercado financeiro dos Estados Unidos da América. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, caso as AGÊNCIAS REGULADORAS adotem em regramento conjunto e de aplicação única o modelo CAPM híbrido, a taxa livre de risco poderá ser referenciada no mercado financeiro brasileiro com base em títulos do Tesouro Nacional;
- 7.3.3. O prêmio de risco de mercado, definido como a diferença entre o rendimento do mercado de capitais (R_m) e a taxa livre de risco (R_f), terá como referência o mercado financeiro dos Estados Unidos da América, ambos com as mesmas janelas temporais e periodicidades. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, caso as AGÊNCIAS REGULADORAS adotem, em resolução normativa conjunta e de aplicação única o modelo CAPM híbrido, o rendimento do mercado de capitais (R_m) poderá ser referenciado no mercado financeiro brasileiro com base nos rendimentos do IBOVESPA.
- 7.3.4. O beta, o qual mede a sensibilidade de um ativo, ou o quanto o seu rendimento varia em função da taxa de retorno do mercado como um todo, terá como referência preferencialmente as empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) e/ou NASDAQ do setor de *water utilities*. Deverão ser excluídas da amostra de empresas norte-americanas para cálculo do beta aquelas negociadas no mercado de balcão, devido à característica de baixa liquidez. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, caso as AGÊNCIAS REGULADORAS adotem, em resolução normativa conjunta e de aplicação única, o modelo CAPM híbrido, o beta poderá ser referenciado no mercado financeiro brasileiro, desde que estudo sobre tema seja apresentado e discutido de em processo de participação pública.
- 7.3.5. Caso por meio do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO se adote, em resolução normativa conjunta e aplicação única, o modelo CAPM híbrido, o prêmio pelo risco país (r_m) deve ser desconsiderado para o cálculo do custo de capital próprio, adotando-se o valor zero a fim de que o impacto no cálculo do custo de capital próprio seja apenas aquele decorrente da taxa livre de risco, prêmio de risco de mercado e do beta, de acordo com a fórmula a seguir:

$$r_p^n = R_f + \beta(R_m - R_f)$$

Em que:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

r_p^n é o custo nominal do capital próprio;

R_f é a taxa nominal de retorno livre de risco referenciada no mercado financeiro brasileiro;

β é o coeficiente angular (inclinação) da reta que mede o grau de risco do ativo frente às flutuações do mercado, referenciado no mercado estadunidense ou brasileiro;

R_m é a taxa nominal esperada de retorno do mercado, que corresponde ao rendimento do mercado de capitais (Índice de Bolsa de Valores) referenciada no mercado financeiro estadunidense ou brasileiro.

7.4. Para o cálculo do custo real de capital de terceiros será adotada a rentabilidade real de um conjunto de títulos de dívida privada de empresas comparáveis à CONCESSIONÁRIA, tendo, portanto, referência no mercado brasileiro. Seu cálculo poderá considerar o rendimento das debêntures do setor de saneamento, energia elétrica ou outros setores de infraestrutura e deve incluir os custos de emissão dos títulos.

7.5. No 1º CICLO TARIFÁRIO, a participação da dívida na estrutura de capital será determinada pela razão entre o Passivo Oneroso Líquido¹ e os ativos da concessão, quantificados pela BAR Líquida de outras concessionárias de saneamento básico. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, as AGÊNCIAS REGULADORAS determinarão conjuntamente a participação da dívida pela estrutura de capital média do setor de saneamento básico, calculada considerando demonstrações financeiras mais atualizadas de prestadores regionalizados de saneamento básico.

7.6. O WACC final será o WACC real após tributos. As alíquotas de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) vigentes à época serão consideradas como um componente dos blocos de custos da RECEITA REQUERIDA.

7.7. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, a TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA será calculada pelas AGÊNCIAS REGULADORAS, em regramento conjunto e de aplicação única conforme o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, a cada REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, que deve definir uma taxa de retorno suficiente para cobrir o custo de captação de recursos de terceiros e o custo de oportunidade do capital próprio, garantindo a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos SERVIÇOS e assegurando a realização dos INVESTIMENTOS.

7.7.1. Ao definir a TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA a partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, as AGÊNCIAS REGULADORAS observarão de forma conjunta, as metodologias indicadas neste ANEXO para fins de recálculo de todos os componentes do WACC, resultando em um único valor para todas as SUB-URAEs do PROGRAMA UNIVERSALIZASP.

7.7.2. A cada REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, a TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA,

¹ Passivo oneroso líquido = Empréstimos e financiamentos mais Debêntures do passivo circulante e exigível no longo prazo, deduzido das contas de caixa e dos equivalentes de caixa.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

calculada de forma conjunta pelas AGÊNCIAS REGULADORAS, deverá ser aderente à taxa de remuneração definida por outros reguladores tanto no setor de saneamento básico quanto em outros setores regulados, quando aplicáveis nos termos do CONTRATO, justificando-se eventuais diferenças.

- 7.7.3. O cálculo do WACC será revisto a cada REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e seu valor será mantido nos REAJUSTES anuais da TARIFA DE EQUILÍBRIO, bem como no âmbito das REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS.
- 7.7.4. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, as AGÊNCIAS REGULADORAS definirão, por meio de futuro regramento conjunto e de aplicação única conforme o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO:
- i. As séries de dados (a) do custo de capital de terceiros; (b) da taxa livre de risco; (c) do beta; (d) do prêmio de risco do mercado para cálculo do custo de capital próprio; (e) do prêmio pelo risco país; e (f) da estrutura de capital.
 - ii. As janelas temporais e periodicidade das séries de dados, observando as condições do mercado de atuação da CONCESSIONÁRIA, a estabilidade dos critérios de cálculo e a padronização das informações entre as distintas séries.

8. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

8.1. A remuneração do capital, incluída no cálculo da RR, será definida pela soma do montante resultante da aplicação do WACC sobre a BAR_{liq} e OUTORGA MÍNIMA, a qual corresponde à BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA (BRR) conforme equação abaixo:

$$Remuneração\ do\ Capital = (BAR_{liq} + OUTORGA\ MÍNIMA) \times WACC$$

Em que:

BAR_{liq} é a BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA LÍQUIDA, nos termos do ANEXO V - GLOSSÁRIO;

$OUTORGA\ MÍNIMA$ é a OUTORGA MÍNIMA, nos termos do ANEXO V - GLOSSÁRIO;
e

$WACC$ é a TAXA DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA, nos termos do Capítulo 7.

8.2. A BAR_{liq} corresponde à BAR_{bruta} descontada da reintegração regulatória dos INVESTIMENTOS que compõem a BAR ($Reint_{BAR}$), conforme equação a seguir:

$$BAR_{liq} = BAR_{bruta} - Reint_{BAR} - Índ. de Apr.$$

Em que:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

BAR_{liq} é a BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA LÍQUIDA, nos termos do ANEXO V - GLOSSÁRIO;

BAR_{bruta} é BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA BRUTA, nos termos do ANEXO V - GLOSSÁRIO;

$Reint_{\cdot BAR}$ corresponde ao somatório do produto entre BARBruta e QRR segundo item 9.3; e

$\acute{I}nd.de Apr.$ é o ÍNDICE DE APROVEITAMENTO, nos termos do ANEXO V - GLOSSÁRIO.

8.3. O cálculo da BAR_{liq} para remuneração deverá seguir o procedimento abaixo.

8.3.1. Para fins de cálculo da remuneração do capital, a BAR_{liq} corresponderá à média simples entre a BAR_{liq} INICIAL e a BAR_{liq} FINAL no PERÍODO DE REFERÊNCIA.

8.3.2. Os valores da BAR_{liq} homologadas pela AGÊNCIA REGULADORA com base nos dois últimos LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS disponíveis serão atualizados monetariamente pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo até a data-base do processo tarifário em vigor.

9. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DA REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA

9.1. A reintegração regulatória do capital equivale ao valor anual repassado às TARIFAS que busca reintegrar os ativos afetos à prestação dos SERVIÇOS, ao longo do período de sua vida útil.

9.2. A reintegração do capital, incluída no cálculo da RECEITA REQUERIDA, será mensurada pela $Reint_{\cdot BAR}$ somada ao resultado do produto entre OUTORGA MÍNIMA e a QRR_{OUT}, conforme fórmula descrita abaixo:

$$Reintegração\ do\ Capital = Reint_{\cdot BAR} + (OUTORGA\ MÍNIMA \times QRR_{OUT})$$

Em que:

$Reint_{\cdot BAR}$ é a reintegração regulatória dos INVESTIMENTOS que compõem a BAR;

QRR_{OUT} é a QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA DA OUTORGA MÍNIMA; e

$OUTORGA\ MÍNIMA$ é a OUTORGA MÍNIMA.

9.3. A $Reint_{\cdot BAR}$, a qual corresponde ao produto entre BARBruta e QRR, ambas por Unidade Patrimonial, tem fórmula descrita abaixo:

$$Reint_{\cdot BAR} = \sum BARBruta_{unid;patr.} \times QRR_{unid.patr.}$$

Em que:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

$Reint_{\cdot BAR}$ é a reintegração regulatória dos INVESTIMENTOS que compõem a BAR;

$BARBruta_{unid.patr.}$ é a BASE DE ATIVOS REGULATÓRIA BRUTA por Unidade Patrimonial; e

$QRR_{unid.patr.}$ é a QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA dos INVESTIMENTOS que compõem a BAR por Unidade Patrimonial.

9.4. A $QRR_{unid.patr.}$, a qual corresponde ao inverso de uma vida útil física em anos por tipo de Unidade Patrimonial, tem fórmula descrita abaixo:

$$QRR_{unid.patr.} = \frac{1}{Vida\ útil_{unid.patr.}}$$

Em que:

$QRR_{unid.patr.}$ é a QUOTA DE REINTEGRAÇÃO REGULATÓRIA dos INVESTIMENTOS que compõem a BAR por Unidade Patrimonial; e

$Vida\ útil_{unid.patr.}$ é a vida útil dos ativos por Unidade Patrimonial.

9.5. A BARbruta considerada no cálculo da reintegração do capital será a média simples entre a BARbruta INICIAL e a BARbruta FINAL observadas no PERÍODO DE REFERÊNCIA.

9.6. Os valores da BARbruta homologadas pela AGÊNCIA REGULADORA com base no LAUDO DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS, o qual tem como data de corte o mês de dezembro do ano do PERÍODO DE REFERÊNCIA, serão atualizados monetariamente pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo até a data-base do processo tarifário em vigor.

9.7. Para cálculo da reintegração da BARBruta na TARIFA DE EQUILÍBRIO, será considerada a partir da depreciação linear ao longo do tempo e a vida útil física de cada unidade patrimonial dos ativos como prazo para reintegrar os INVESTIMENTOS. A vida útil física respeitará os prazos por tipo de Unidade Patrimonial estabelecidos na Deliberação ARSESP nº 1.636, de 20 de janeiro de 2025, suas atualizações ou outra que venha a substituí-la, observada a alocação de riscos do CONTRATO.

9.7.1. A vida útil física dos INVESTIMENTOS poderá ser atualizada pelas AGÊNCIAS REGULADORAS, em regulamentação conjunta e de aplicação única, quando critérios técnicos demonstrarem que houve uma alteração na vida útil dos ativos ou em caso de aceleração da depreciação, de forma que a reintegração integral do INVESTIMENTO na tarifa seja inferior à vida útil física.

9.7.2. Tal como disposto no CONTRATO, os ativos reversíveis não integralmente depreciados ou amortizados no advento do termo contratual serão indenizados.

9.7.3. Caso não comprometa a modicidade tarifária, os INVESTIMENTOS previstos no CONTRATO serão depreciados ou amortizados até o advento do termo contratual por meio de processo de amortização ou depreciação acelerada.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- 9.7.4. Fica vedada a aceleração da depreciação da BARbruta nos dois primeiros CICLOS TARIFÁRIOS.
- 9.7.5. Para fins do item 9.7.3, as AGÊNCIAS REGULADORAS deverão realizar, de forma conjunta, estudo de viabilidade econômico-financeira prévio, a ser submetido a processo de controle social, que comprove que o processo de amortização ou depreciação acelerada observará os preceitos da Lei Federal n.º 11.445/2007 e que não dependerá de aportes do governo para tanto.
- 9.8. Para cálculo da reintegração do montante da OUTORGA MÍNIMA, será considerada uma depreciação linear ao longo do tempo e a vida útil igual ao PRAZO DA CONCESSÃO.
- 9.8.1. Os valores da OUTORGA MÍNIMA correspondem aos valores informados no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL. Esses valores devem ser atualizados monetariamente até a data-base do processo tarifário em vigor pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo.
- 9.8.2. Os valores da OUTORGA MÍNIMA deverão ser integralmente depreciados ou amortizados até o advento do termo contratual.
- 9.9. Eventuais obras relacionadas à venda de água no atacado para outro operador de saneamento e ao tratamento de esgoto importado de outro operador de saneamento não constituem parte da BARbruta.

10. METODOLOGIA DE CÁLCULO DO OPEX

- 10.1. A partir do 1º CICLO TARIFÁRIO, para fins de cálculo da RR, o OPEX corresponderá à multiplicação dos determinantes de OPEX pelo custo unitário, por finalidade de custo e etapa produtiva.
- 10.1.1. As finalidades de custo são (i) pessoal, incluindo próprio e serviços de terceiros; (ii) materiais de tratamento; (iii) energia elétrica; e (iv) despesas gerais;
- 10.1.2. Os custos com pessoal e serviços de terceiros deverão ser tratados de forma conjunta, tendo um único custo unitário, a fim de conferir flexibilidade à substituição entre mão de obra própria e de terceiros;
- 10.1.3. As etapas produtivas são (i) água e (ii) esgoto, observados os SERVIÇOS efetivamente abrangidos pela CONCESSÃO.
- 10.2. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, para fins de cálculo da RR, o OPEX corresponderá à multiplicação dos determinantes de OPEX pelo custo unitário, por finalidade de custo e etapa produtiva, descontado os ganhos de produtividade por EFICIÊNCIA TÉCNICA.
- 10.3. Somente no 2º CICLO TARIFÁRIO, incidirá sobre o custo unitário o FATOR X.
- 10.4. No 1º CICLO TARIFÁRIO, os custos operacionais unitários para atendimento dos USUÁRIOS

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

serão iguais, independentemente se em área urbana formal, informal ou rural, conforme definido no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL, e, a partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, as AGÊNCIAS REGULADORAS definirão de forma conjunta os valores de custos unitários para os clientes rurais atendidos com soluções alternativas e individualizadas.

10.5. Definição dos Determinantes de OPEX

10.5.1. A atualização dos determinantes de OPEX ocorrerá em momentos diferentes ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO:

- i. Nos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, os determinantes de OPEX serão atualizados nos REAJUSTES com base nos dados do PERÍODO DE REFERÊNCIA do respectivo REAJUSTE por ocasião da ATUALIZAÇÃO DA BAR.
- ii. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, os determinantes de OPEX serão atualizados apenas nas REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS.

10.5.2. Os dados dos determinantes de OPEX, listados na tabela abaixo, serão aplicados sobre os custos unitários regulatórios para cálculo do OPEX total a ser considerado na RECEITA REQUERIDA.

ETAPA/ FINALIDADE	Água	Esgoto
Pessoal e Serviços de Terceiros	Volume produzido de água	Volume coletado de esgoto
Materiais de Tratamento	Volume produzido de água	Volume coletado de esgoto
Energia Elétrica	Volume produzido de água	Volume coletado de esgoto
Despesas Gerais	Volume produzido de água	Volume coletado de esgoto

10.6. Definição dos Custos Unitários Regulatórios

10.6.1. Ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, a forma de definição do custo unitário regulatório será diferente (i) para o 1º CICLO TARIFÁRIO, (ii) para o 2º CICLO TARIFÁRIO e (iii) partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, conforme regras abaixo.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

10.6.2. Cálculo do Custo Unitário no 1º CICLO TARIFÁRIO

10.6.2.1. Para o 1º CICLO TARIFÁRIO, a metodologia e critérios para determinação dos custos unitários regulatórios estão descritos no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL. Serão ajustados a cada REAJUSTE para atualização de determinantes de OPEX e para atualização monetária pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo.

10.6.3. Cálculo do Custo Unitário no 2º CICLO TARIFÁRIO

10.6.3.1. Para o 2º CICLO TARIFÁRIO, na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, os custos unitários regulatórios serão definidos com base no custo unitário real no PERÍODO DE REFERÊNCIA, atualizado monetariamente pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, deduzido dos ganhos de eficiência tecnológica associado ao FATOR X, de FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE) e de glosas qualitativas, para aproximar a CONCESSIONÁRIA da fronteira de eficiência. Os custos unitários regulatórios serão modificados pela atualização de determinantes de OPEX e pelo desconto cumulativo dos ganhos de eficiência tecnológica associados ao FATOR X ao longo do CICLO TARIFÁRIO para fins de cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO. O cálculo unitário operacional no momento da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA é descrito na fórmula a seguir:

$$CUREg^{i,j} = CUREal_{PR-1}^{i,j} \times \left(\frac{1 - FE}{1 - \%glosas} \right) \times (1 - Fator X) \times (1 + inflação)$$

Em que:

$CUREg^{i,j}$ é o custo unitário regulatório calculado para a finalidade i da etapa j;

$CUREal_{PR-1}^{i,j}$ é o custo unitário real observado no ano anterior do PERÍODO DE REFERÊNCIA da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (PR-1), para a finalidade i da etapa j, após glosas qualitativas de contas, conforme definido no item 10.7;

FE é o FATOR de EFICIÊNCIA TÉCNICA, calculado pelo *Data Envelopment Analysis* (DEA), na forma definida no item 11;

$\%glosas$ é o percentual de glosas qualitativas descontadas do custo unitário real no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao PERÍODO DE REFERÊNCIA da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (PR-1), cujos critérios estão descritos no item 10.7; e

**PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

Fator X é o FATOR DE EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA esperado para o próximo CICLO TARIFÁRIO, estimado pelo ÍNDICE DE MALMQUIST, conforme definido no item 12; e

inflação é a inflação, estimada pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, decorrida desde o ano anterior do PERÍODO DE REFERÊNCIA da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (PR-1) até o PERÍODO DE REFERÊNCIA da REVISÃO TARIFÁRIA em questão.

- 10.6.3.2. O custo unitário real observado ($CUR_{PR-1}^{i,j}$) para cada finalidade e cada etapa é dado pela equação abaixo.

$$CUR_{PR-1}^{i,j} = \frac{OPEX_{PR-1}^{i,j}}{determinante_{PR-1}^{i,j}}$$

Em que:

$CUR_{PR-1}^{i,j}$ é o custo unitário real da finalidade i da etapa j observada no ano anterior ao PERÍODO DE REFERÊNCIA da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (PR-1);

$OPEX_{PR-1}^{i,j}$ é o custo operacional real após glosas qualitativas da finalidade i da etapa j observada no ano anterior ao PERÍODO DE REFERÊNCIA da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (PR-1), dado em R\$; e

$determinante_{PR-1}^{i,j}$ é o determinante do custo operacional da finalidade i da etapa j, observado no ano anterior ao PERÍODO DE REFERÊNCIA da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (PR-1), definido no item 10.5.1.

- 10.6.3.3. Na definição dos custos unitários referenciais, não há dupla dedução, pois verifica-se se o valor das glosas qualitativas não excede o estoque de ineficiência técnica estimado no cálculo do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA pelo método de benchmarking DEA. Portanto, a redução do custo unitário corresponde à diferença positiva entre o estoque de ineficiência medido pelo DEA e o percentual médio de glosas qualitativas.
- 10.6.3.4. Os ganhos de eficiência tecnológica associados ao FATOR X a serem acumulados ao longo do 2º CICLO TARIFÁRIO sobre o custo unitário regulatório de referência definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, serão estabelecidos com base na metodologia do ÍNDICE DE MALMQUIST, conforme detalhado no item 12, ou outro método equivalente que seja amplamente recomendado na literatura do tema e utilizado na regulação.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

10.6.4. Cálculo do Custo Unitário a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO

10.6.4.1. Para o 3º CICLO TARIFÁRIO e para todo o PRAZO DA CONCESSÃO, os custos unitários regulatórios serão iguais ao custo unitário regulatório definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA deduzido dos ganhos de eficiência tecnológica (FATOR X) acumulados até o PERÍODO DE REFERÊNCIA, atualizado monetariamente por IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, e deduzido do percentual de compartilhamento dos ganhos de EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE) do CICLO TARIFÁRIO em vigor. Os custos unitários regulatórios permanecerão fixos ao longo do CICLO TARIFÁRIO para fins de cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO. O cálculo unitário operacional unitário é descrito na fórmula a seguir:

$$CUREg^{i,j} = [c.unit.reg.ref_{PR01RTP} \times (1 + inflação)] \times FE \\ \times compartilhamento do FE$$

$$FE = (c.unit.reg.ref_{1RTP} \times (1 + inflação) \\ - 2Menor CUREal_{2027 \rightarrow n})$$

Em que:

$CUREg^{i,j}$ é o custo unitário regulatório calculado para a finalidade i da etapa j;

$c.unit.reg.ref_{1RTP}$ o custo unitário regulatório de referência definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, deduzido dos ganhos de eficiência tecnológicos acumulados associados ao FATOR X ao longo do 2º CICLO TARIFÁRIO;

FE é o ganho de EFICIÊNCIA TÉCNICA alcançado pela CONCESSIONÁRIA, que corresponde à diferença positiva ou nula entre o custo unitário regulatório definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, deduzido dos ganhos de eficiência tecnológicos acumulados (associados ao FATOR X) ao longo do 2º CICLO TARIFÁRIO, e o segundo menor custo unitário anual verificado desde o 1º ano do 1º CICLO TARIFÁRIO (2027);

$2Menor CUREal_{2027 \rightarrow n}$ é o segundo menor custo unitário anual verificado desde o 1º ano do 1º CICLO TARIFÁRIO (2027);

$compartilhamento do FE$ é o percentual anual de compartilhamento dos ganhos por EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE), distinto para cada CICLO TARIFÁRIO conforme definido no item vii;

$inflação$ é a inflação, estimada pelo IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, decorrida desde o PERÍODO DE REFERÊNCIA da 1ª

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (PR-1) até o PERÍODO DE REFERÊNCIA da REVISÃO TARIFÁRIA em questão;

n : é o número de anos desde a DATA DE EFICÁCIA; e

i : é o ano correspondente desde 2027 até o PERÍODO DE REFERÊNCIA.

- 10.6.4.2. A definição do segundo menor custo unitário anual verificado deverá observar os custos verificados desde 2027 após aplicação de glosas qualitativas, descritas no item 10.7 deste ANEXO.
- 10.6.4.3. Para fins de comparação, o custo unitário regulatório de referência e o segundo menor custo unitário verificado nos últimos CICLOS TARIFÁRIOS deverão estar na mesma data-base.
- 10.6.4.4. Para fins de cálculo dos custos operacionais anuais verificados, serão considerados os valores contábeis da CONCESSIONÁRIA após glosas qualitativas de custos, descritas no item 10.7 deste ANEXO.

10.7. Atualização monetária dos Custos Unitários Regulatórios

- 10.7.1. A cada REAJUSTE ao longo do 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS e a cada REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, os custos unitários regulatórios estão sujeitos à atualização monetária pelo IPCA.
- 10.7.2. Excepcionalmente e apenas a partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, os custos operacionais de energia elétrica poderão ter o critério de compartilhamento alterado com base em estudo conduzido pelas AGÊNCIAS REGULADORAS. Este estudo definirá metodologia para que, através da análise das informações da própria CONCESSIONÁRIA, se identifiquem os consumos específicos eficientes (KWh/m³) por tipo de serviço e município, os quais serão valorados a um preço de referência de mercado em R\$/KWh, buscando assim incentivar a eficiência operacional e a otimização da fonte de geração.
 - 10.7.2.1. A alteração será precedida de processo de participação pública, de acordo com as normas da AGÊNCIA REGULADORA; e
 - 10.7.2.2. Uma vez implementado o estudo, as receitas advindas da venda de energia no mercado comporão as RECEITAS ADICIONAIS.

10.8. Glosas qualitativas de custos operacionais

- 10.8.1. Os custos operacionais listados a seguir não serão consideradas no cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO e, por isso, serão glosadas do cálculo do custo unitário regulatório:
 - i. contas de provisões, contingências e passivos atuariais, uma vez que não representam custos em que há desembolso efetivo;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- ii. custos decorrentes do descumprimento de normas e leis, a exemplo de indenizações e condenações judiciais, ou compensações ambientais que resultem de ações sob controle e gestão da CONCESSIONÁRIA, na parte que não lhe seria imposta na hipótese de observância à legislação aplicável;
 - iii. custos com o pagamento de bônus da diretoria;
 - iv. custos não necessários ou não associados à prestação dos serviços e que não foram parte dos custos vinculados às RECEITAS ADICIONAIS e às RECEITAS COMPLEMENTARES, a exemplo de patrocínios, multas e juros e doações;
 - v. custos relacionados a danos a terceiros ou ao meio ambiente que resultem de ações sob controle e gestão da CONCESSIONÁRIA; e
 - vi. custos com Programas de Demissão Voluntária (PDV), por ser uma decisão da CONCESSIONÁRIA que absorve a redução dos custos no médio e longo prazo.
- 10.8.2. Os custos relacionados à prestação dos SERVIÇOS deverão ser cobertos pela RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO, nos termos deste ANEXO, especialmente as listadas a seguir:
- i. custos com pessoal, incluindo participação nos lucros e resultados e exceto aquelas mencionadas no item 10.5.2, nos termos da política de remuneração variável vigente e aprovada pela CONCESSIONÁRIA;
 - ii. custos com prestação de ATIVIDADES COMPLEMENTARES que formam parte do rol das atividades cujas receitas serão revertidas à modicidade tarifária.
- 10.8.3. As contas contábeis a serem glosadas serão definidas, conforme critérios definidos neste ANEXO, por meio de regulamentação conjunta referente à contabilidade regulatória entre as AGÊNCIAS REGULADORAS.
- 10.8.4. Além das contas previstas no item 10.8.1, a AGÊNCIA REGULADORA poderá incluir novas contas a serem glosadas, por meio do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO.

10.9. Eventuais custos operacionais relacionados à venda de água no atacado para outro operador de saneamento e ao tratamento de esgoto importado de outro operador de saneamento não constituem parte do OPEX.

11. FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE)

11.1. A forma de definição do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA será diferente ao longo do PRAZO

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

DA CONCESSÃO:

- 11.1.1. Para o 1º CICLO TARIFÁRIO, o FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA é desconsiderado do cálculo do custo unitário regulatório conforme descrito no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL;
 - 11.1.2. Para o 2º CICLO TARIFÁRIO, o FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA é calculado por meio de uma abordagem de benchmarking não paramétrica: o *Data Envelopment Analysis* (DEA), explicada neste Capítulo, e aplicado sobre o custo unitário regulatório definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA; e
 - 11.1.3. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, o FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA é calculado pela diferença entre o custo unitário regulatório de referência definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, deduzido dos ganhos de eficiência tecnológicos acumulados associados ao FATOR X ao longo do 2º CICLO TARIFÁRIO, e o segundo menor custo unitário anual verificado desde o 1º ano do 1º CICLO TARIFÁRIO, conforme detalhamento no item 10.6.4. O FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA é aplicado sobre o custo unitário regulatório definido em processos de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.
- 11.2. O percentual de compartilhamento dos ganhos por eficiência técnica será distinto a cada CICLO TARIFÁRIO, conforme descrito a seguir:
- 11.2.1. No 1º e no 2º CICLO TARIFÁRIO, não haverá compartilhamento dos ganhos do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA aferidos pela CONCESSIONÁRIA, ou seja, o percentual de compartilhamento será zero;
 - 11.2.2. No 3º CICLO TARIFÁRIO, o compartilhamento será de 50% dos ganhos do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA, calculado conforme os subitens do item 10.6.4;
 - 11.2.3. No 4º CICLO TARIFÁRIO, o compartilhamento será de 75% dos ganhos do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA, calculado conforme os subitens do item 10.6.4;
 - 11.2.4. A partir do 5º CICLO TARIFÁRIO, o compartilhamento será de 90% dos ganhos do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA, calculado conforme os subitens do item 10.6.4.;
 - 11.2.5. Excepcionalmente no caso de a Contabilidade Regulatória não ser implementada até a data prevista no Capítulo 22, o critério de compartilhamento dos ganhos do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA será de 75% já a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, mantendo-se este percentual até o início do 4º CICLO TARIFÁRIO.
- 11.3. O *Data Envelopment Analysis* (DEA), utilizado na estimação do FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA para o 2º CICLO TARIFÁRIO conforme definido no item 11.1 11.1.2, estima a fronteira de eficiência, ou de custos operacionais mínimos, do setor com base em uma abordagem de benchmarking não paramétrica. Neste método, calcula-se um escore de eficiência que resulta da comparação de combinações lineares de INSUMOS e PRODUTOS de PRESTADORES de saneamento da amostra.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- 11.3.1. Um dos resultados do modelo é a métrica de EFICIÊNCIA TÉCNICA. O cálculo do estoque de ineficiência técnica de cada um dos PRESTADORES resulta da diferença entre 100% e a métrica da eficiência técnica, representando, portanto, a distância em relação à fronteira. O estoque de ineficiência técnica é igual a zero para PRESTADORES situados na fronteira de eficiência e entre 0 e 1 para PRESTADORES cujos custos observados estão situados acima da fronteira.
- 11.3.2. A métrica de eficiência técnica do modelo DEA é estimado a partir de observações reais, em que cada um dos PRESTADORES foi representado pelos valores de seus INSUMOS e PRODUTOS médios de um período de quatro anos anteriores ao PERÍODO DE REFERÊNCIA da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.
- 11.3.2.1. Para cálculo do estoque de ineficiência técnica da CONCESSIONÁRIA considerado na determinação do custo unitário regulatório utilizado no cálculo da tarifa da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e das TARIFAS reajustadas ao longo do 2º CICLO TARIFÁRIO, são adotadas as seguintes premissas e especificações:
- i. Modelo orientado aos INSUMOS;
 - ii. Retornos não decrescentes de escala;
 - iii. Variáveis de insumo: despesas operacionais (DEX), deflacionadas por uma IPCA, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, a preços de dezembro do primeiro ano do período de quatro anos selecionado, e perdas;
 - iv. Variáveis de produto: LIGAÇÕES ATIVAS de água e de esgoto, ECONOMIAS ativas de água e de esgoto, volume medido de água, volume coletado de esgoto e volume tratado de esgoto;
 - v. Amostra de PRESTADORES comparáveis à CONCESSIONÁRIA: PRESTADORES nacionais dos serviços de água e de esgoto, com abrangência regional;
 - vi. Ajustes nos valores finais da métrica de eficiência para retirada de vieses nos dados por meio da técnica de *bootstrap*¹; e
 - vii. Resultados da eficiência técnica após ajustes de viés são normalizados pelo máximo nível de eficiência obtido nas simulações *bootstrap*.

¹ Método de reamostragem cuja extração dos dados é feita com reposição. Utiliza-se a proposta de Simar e Wilson (1998) que são a principal referência na literatura para análises de reamostragem atreladas ao DEA.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

12. FATOR DE EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA (FATOR X)

12.1. A forma de definição dos ganhos de eficiência tecnológica associados ao FATOR X será diferente ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO:

- 12.1.1. Para o 1º CICLO TARIFÁRIO, o FATOR X é desconsiderado do cálculo do custo unitário regulatório conforme descrito no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL e desconsiderado do Índice de REAJUSTE (IRT) de cada REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO, conforme fórmula do item 5.1.1;
- 12.1.2. Para o 2º CICLO TARIFÁRIO, o FATOR X é calculado na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, aplicado sobre o custo unitário regulatório definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e cumulativamente sobre o custo unitário regulatório a cada REAJUSTE do 2º CICLO TARIFÁRIO. O FATOR X é desconsiderado do Índice de REAJUSTE (IRT) de cada REAJUSTE do 2º CICLO TARIFÁRIO, conforme fórmula do item 5.1.1; e
- 12.1.3. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, o FATOR X é calculado em processos de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e é aplicado sobre o Índice de REAJUSTE (IRT) de cada REAJUSTE, conforme fórmula do item 5.2.1. O FATOR X não é aplicado sobre o custo unitário regulatório definido em processos de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

12.2. Os ganhos de eficiência tecnológica associados ao FATOR X a partir do 2º CICLO TARIFÁRIO serão mensurados pela metodologia do ÍNDICE DE MALMQUIST e limitados a 2% ao ano.

12.3. FATOR DE EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA (FATOR X) durante o 2º CICLO TARIFÁRIO

- 12.3.1. O cálculo dos ganhos de eficiência tecnológica considerará a aplicação do ÍNDICE DE MALMQUIST sobre uma amostra de PRESTADORES de SERVIÇOS comparáveis à CONCESSIONÁRIA.
- 12.3.2. Embora o ÍNDICE DE MALMQUIST possa ser decomposto em dois efeitos, quais sejam, (i) da mudança da eficiência produtiva (aproximação ou afastamento em relação à fronteira de custos e (ii) mudança tecnológica (deslocamento da fronteira de eficiência de custos ao longo do tempo), o FATOR X corresponde unicamente ao efeito da mudança tecnológica, dado que a mudança produtiva já é capturada pelo FATOR DE EFICIÊNCIA TÉCNICA (FE).
- 12.3.3. O ÍNDICE DE MALMQUIST compara, em dois períodos, a quantidade de INSUMOS utilizados pelas empresas da amostra de PRESTADORES para gerar os PRODUTOS.
- 12.3.4. Para cálculo do deslocamento da fronteira de eficiência que representam a estimativa dos ganhos de eficiência tecnológica do setor, considera-se:
 - i. A metodologia DEA, com os mesmos INSUMOS, PRODUTOS e premissas definidos no item 11.3 para mensuração da fronteira de eficiência de custo nos dois períodos;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- ii. O deslocamento da fronteira de eficiência entre os anos de quatro anos anteriores ao PERÍODO DE REFERÊNCIA da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA;
- iii. A média do efeito de deslocamento da fronteira de custos das empresas da amostra de PRESTADORES ponderados pelo número de LIGAÇÕES ATIVAS de águas médias no mesmo período.

12.4. FATOR DE EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA (FATOR X) a partir do 3º CICLO TARIFÁRIO

- 12.4.1. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, os critérios de filtragem da amostra de PRESTADORES comparáveis à CONCESSIONÁRIA, bem como os INSUMOS e PRODUTOS a serem considerados no cálculo do ÍNDICE DE MALMQUIST serão definidos pela AGÊNCIA REGULADORA na ocasião da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.
- 12.4.2. A escolha das variáveis de INSUMOS e PRODUTOS pelas AGÊNCIAS REGULADORAS em regramento conjunto conforme o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO deve ser baseada, ao menos, nos critérios de (i) disponibilidade das informações de cada um dos PRESTADORES da amostra selecionada; (ii) qualidade dessas informações; e (iii) pertinência de cada variável na explicação do ganho de eficiência tecnológica do setor.
- 12.4.3. Caso se observe que não há PRESTADORES comparáveis à CONCESSIONÁRIA em termos, ao menos, de porte (número de LIGAÇÕES ou ECONOMIAS) e abrangência regionalizada dos SERVIÇOS, será adotada para o cálculo do FATOR X a metodologia definida em regulamentação conjunta e de aplicação única pela AGÊNCIA REGULADORA.

13. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DAS OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

13.1. Além dos custos operacionais do OPEX já abordados no Capítulo 10, existem outras despesas operacionais que serão repassadas às TARIFAS. São exemplos de outras despesas operacionais:

- i. repasse a programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) que venham a ser criados pela AGÊNCIA REGULADORA;
- ii. despesas com o pagamento pelo uso dos recursos hídricos;
- iii. repasse feito pela CONCESSIONÁRIA aos FUNDOS MUNICIPAIS;
- iv. despesas de contratação da EMPRESA AVALIADORA e VERIFICADOR INDEPENDENTE;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- v. despesas associadas ao levantamento de dados sobre os domicílios e ECONOMIAS residenciais e não residenciais em áreas urbanas, rurais e urbanas informais, nos termos da Cláusula 18.5 do CONTRATO;
- vi. despesas com a contratação de seguros e garantias, nos termos das Cláusulas 13 e 14 do CONTRATO;
- vii. despesas com bandeiras tarifárias, componente relacionado aos ajustes inflacionários das rubricas de despesas com energia elétrica do OPEX;
- viii. despesas com a compra de água no atacado de outro operador de saneamento e da exportação de esgoto para o tratamento por outro operador de saneamento, desde que regulados e homologados pela AGÊNCIA REGULADORA.

13.2. De programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

- 13.2.1. As AGÊNCIAS REGULADORAS podem estabelecer em regulamentação conjunta sobre a necessidade de destinação de recursos à pesquisa, desenvolvimento e inovação ("PDI"), com regramento para destinação, uso, controle e reconhecimento destes recursos, e integração à TARIFA DE EQUILÍBRIO.
- 13.2.2. Apenas após a publicação de regulamentação poderá ser definido o montante de PDI a compor o cálculo da TARIFA DE EQUILÍBRIO.

13.3. Do pagamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos

- 13.3.1. Integrará o cálculo da RR o montante gasto com o pagamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no PERÍODO DE REFERÊNCIA, sendo certo seu reconhecimento como despesa não gerenciável.
- 13.3.2. Ao longo do 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, o repasse do pagamento dessa cobrança será anual observando o PERÍODO DE REFERÊNCIA, por ocasião do REAJUSTE e da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, conforme item 5.1.9 (m).
- 13.3.3. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, o montante reconhecido na TARIFA será equivalente àquele observado no PERÍODO DE REFERÊNCIA das REVISÕES TARIFÁRIAS.

13.4. Das despesas com (i) a contratação da EMPRESA AVALIADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE; (ii) o levantamento de dados sobre os domicílios e ECONOMIAS residenciais e não residenciais em áreas urbanas, rurais e urbanas informais; (iii) a contratação de seguros e garantias; e (iv) despesas com bandeiras tarifárias.

- 13.4.1. Essas despesas incorridas pela CONCESSIONÁRIA no PERÍODO DE REFERÊNCIA serão integralmente repassadas às TARIFAS sendo certo seu reconhecimento como despesa não gerenciável, desde que aprovada sua prudência pela AGÊNCIA REGULADORA.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- 13.4.2. As despesas incorridas pela CONCESSIONÁRIA no PERÍODO DE REFERÊNCIA com EMPRESA AVALIADORA serão integralmente repassadas às TARIFAS, ressalvada a dedução prevista no item 6.2.3.
- 13.4.3. Ao longo do 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS, o repasse das despesas será anual observando o PERÍODO DE REFERÊNCIA, por ocasião do REAJUSTE e da 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, conforme item 5.1.9 (m).
- 13.4.4. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, o montante reconhecido na TARIFA será equivalente àquele observado no PERÍODO DE REFERÊNCIA das REVISÕES TARIFÁRIAS.

13.5. Do repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS

- 13.5.1. Os FUNDOS MUNICIPAIS devem respeitar os critérios e condições definidas na Deliberação ARSESP no 1.545, de 16 de agosto de 2024, suas alterações, ou nos termos de qualquer outra regulamentação conjunta entre as AGÊNCIAS REGULADORAS.
- 13.5.2. Para fins de cálculo da RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO nos REAJUSTES dos 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS e nas REVISÕES TARIFÁRIAS, será considerado o montante de repasse anual aos FUNDOS MUNICIPAIS observado nos respectivos PERÍODOS DE REFERÊNCIA dos processos tarifários, segundo os critérios definidos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO, ainda que não estejam habilitados pela AGÊNCIA REGULADORA.
 - 13.5.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá deduzir e reter do montante a ser transferido aos FUNDOS MUNICIPAIS, segundo os critérios definidos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO DE CADA MUNICÍPIO, os montantes relativos a eventuais inadimplências dos órgãos da administração direta, fundações e autarquias dos MUNICÍPIOS referentes às contas/faturas de água e/ou esgotos, após homologação do montante pela AGÊNCIA REGULADORA.
 - 13.5.2.2. Para fins do disposto no item 13.5.2.1, a CONCESSIONÁRIA irá apurar a existência de inadimplências citadas no item 13.5.2.1 e comunicar ao(s) MUNICÍPIO(S) o montante devido e que será retido, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do repasse a ser realizado ao FUNDO MUNICIPAL.
 - 13.5.2.3. Os órgãos da administração direta, fundações e autarquias do MUNICÍPIO poderão impugnar a retenção de que trata o item 13.5.2.1 acima em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da informação de que trata o item 13.5.2.2 acima, cabendo à CONCESSIONÁRIA apreciá-las em até 15 (quinze) dias contados do recebimento. Caso a impugnação seja indeferida pela CONCESSIONÁRIA, caberá recurso à

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

AGÊNCIA REGULADORA no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação de indeferimento da impugnação, competindo à AGÊNCIA REGULADORA decidir a questão em caráter definitivo no âmbito administrativo.

- 13.5.2.4. A CONCESSIONÁRIA repassará aos respectivos FUNDOS MUNICIPAIS o montante remanescente em até 30 (trinta) dias contados da comprovação do adimplemento das faturas vencidas e/ou dos acordos de parcelamento pelo MUNICÍPIO ou do deferimento da impugnação ou do recurso de que trata o item 13.5.2.3 acima, devidamente corrigido pelo CDI (Certificado de Depósito Interbancário) pelo período de retenção.
- 13.5.2.5. Até que haja o pagamento definitivo das contas/faturas, incidirão os respectivos encargos moratórios, nos termos da regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA, e/ou contratos específicos que vierem a ser firmados com os órgãos da administração direta, fundações e autarquias do MUNICÍPIO.
- 13.5.2.6. A parcela relativa ao repasse aos FUNDOS MUNICIPAIS que não tiverem sido habilitados pela AGÊNCIA REGULADORA até a DATA DE EFICÁCIA será considerada como saldo a favor dos USUÁRIOS, a ser computado consoante regramento disposto no APÊNDICE 1 deste ANEXO. Não serão efetivados repasses ao MUNICÍPIO enquanto seu FUNDO MUNICIPAL não estiver habilitado perante a AGÊNCIA REGULADORA, sendo vedada a realização de repasses retroativos.
- 13.5.2.7. O disposto no item 13.5.2.6 será mantido até que o respectivo FUNDO MUNICIPAL seja habilitado pela AGÊNCIA REGULADORA, sendo certo que os repasses ao FUNDO MUNICIPAL apenas serão realizados a partir dessa data, não sendo admitida qualquer espécie de compensação com valores computados na CONTA VINCULADA 1 nos termos do APÊNDICE 1 desse ANEXO.

13.6. Dos repasses de despesas com compra de água no atacado e tratamento de esgoto proveniente de outro prestador de serviços de saneamento

- 13.6.1. As despesas incorridas pela CONCESSIONÁRIA com o pagamento a prestador de serviços de saneamento responsável pelo fornecimento de água no atacado e/ou pelo tratamento de esgoto, em decorrência de arranjos operacionais existentes na DATA DE EFICÁCIA, serão integralmente repassados à TARIFA DE EQUILÍBRIO nos REAJUSTES e REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS.
- 13.6.2. As partes, seus direitos e obrigações, além dos termos negociais deverão ser registrados em contrato entre a CONCESSIONÁRIA e o outro operador de

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

saneamento, com interveniência-anuência da AGÊNCIA REGULADORA.

13.6.3. Para fins de cálculo, considerar-se-ão as despesas no PERÍODO DE REFERÊNCIA do processo de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

13.6.4. Os repasses deverão ser homologados pela AGÊNCIA REGULADORA.

13.7. A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO não será incluída no cálculo da RECEITA REQUERIDA, devendo ser aplicada diretamente à CONCESSIONÁRIA a partir do constante da fatura do USUÁRIO

13.8. Os tributos do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) ou outros que os substituírem não comporão o cálculo da RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO e serão aplicados diretamente nas TABELAS TARIFÁRIAS a serem publicadas pela AGÊNCIA REGULADORA anualmente. A alíquota efetiva será determinada em cada REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

13.9. As despesas com o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural ("ITR"), que eventualmente incorra a CONCESSIONÁRIA, e em instalações operacionais ou em áreas de interesse comum, inclusive no caso de alteração do enquadramento tributário pela legislação municipal após a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, serão reconhecidas como despesas não gerenciáveis, devendo ser incorporadas ao cálculo da RR nos REAJUSTES do 1º e 2º CICLOS TARIFÁRIOS e nas REVISÕES TARIFÁRIAS PERIÓDICAS.

14. TRATAMENTO REGULATÓRIO PARA REFORMAS E CANCELAMENTOS

14.1. As REFORMAS E CANCELAMENTOS não comporão a RR como despesa. Seu valor será considerado na RECEITA TARIFÁRIA base observada no PERÍODO DE REFERÊNCIA, que será o produto entre a tabela tarifária que vigorou naquele ano e o MERCADO DE REFERÊNCIA considerando os volumes constantes no histograma gerado a partir do faturamento original ajustado das REFORMAS E CANCELAMENTOS.

14.2. As REFORMAS E CANCELAMENTOS passarão, implicitamente, a compor o cálculo do IRT desde que:

14.2.1. os motivos para reformar ou cancelar uma fatura sejam aqueles definidos na Deliberação ARSESP nº 106 de 13 de novembro 2009, suas atualizações ou outra que venha a substituí-la por meio do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, os quais incluem (i) as altas de consumo decorrentes de vazamento ou sem causa aparente; (ii) as alterações cadastrais; (iii) os cancelamentos de débitos; e (iv) o consumo cobrado pela média, se aplicável.

14.2.2. sejam incorporadas aos histogramas de consumo em até 90 dias para fins de cálculo do IRT nos REAJUSTES dos dois primeiros CICLOS TARIFÁRIOS, nas

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

REVISÕES e nas CONTAS VINCULADAS.

- 14.2.3. o SISTEMA INFORMATIZADO da CONCESSIONÁRIA possibilite a rastreabilidade e auditoria das REFORMAS E CANCELAMENTOS processados para avaliação da AGÊNCIA REGULADORA.

15. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DAS RECEITAS IRRECUPERÁVEIS

15.1. As RECEITAS IRRECUPERÁVEIS representam a inadimplência estrutural, a parcela da receita faturada da CONCESSIONÁRIA que, após todas as medidas de gestão comercial e judicial, não foram arrecadadas. Não se trata, portanto, de uma inadimplência transitória, mas de uma situação permanente devido à incapacidade financeira do USUÁRIO ou à incapacidade coercitiva da CONCESSIONÁRIA.

15.2. A AGÊNCIA REGULADORA incentivará e estimulará a busca pela eficiência na cobrança e arrecadação.

15.3. A definição das RECEITAS IRRECUPERÁVEIS terá periodicidade diferente ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO:

- 15.3.1. No 1º CICLO TARIFÁRIO, o percentual de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS definido no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL deverá ser mantido fixo e aplicado sobre RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO atualizada por ocasião da ATUALIZAÇÃO DA BAR e do MERCADO DE REFERÊNCIA em cada REAJUSTE ao longo do 1º CICLO TARIFÁRIO.
- 15.3.2. Ao longo do 2º CICLO TARIFÁRIO, o percentual de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS definido na 1ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA deverá ser mantido fixo e aplicado sobre RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO atualizada por ocasião da ATUALIZAÇÃO DA BAR e do MERCADO DE REFERÊNCIA em cada REAJUSTE.
- 15.3.3. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, o montante de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS será mantido fixo ao longo de cada CICLO TARIFÁRIO. O percentual de RECEITAS IRRECUPERÁVEIS definido em última REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA será mantido fixo, aplicado sobre a RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO definida também em última REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

15.4. A forma de definição das RECEITAS IRRECUPERÁVEIS será diferente ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO:

- 15.4.1. No 1º CICLO TARIFÁRIO, a metodologia e critérios para determinação das RECEITAS IRRECUPERÁVEIS estão descritos no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL.
- 15.4.2. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, as RECEITAS IRRECUPERÁVEIS serão determinadas pela AGÊNCIA REGULADORA a partir da METODOLOGIA DE AGING.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

15.5. Na METODOLOGIA DE AGING, a ser utilizada a partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, o alvo regulatório das RECEITAS IRRECUPERÁVEIS deverá ser determinado com base no histórico do comportamento do fluxo verificado de pagamentos das contas faturadas verificado da CONCESSIONÁRIA em um período de 60 (sessenta) meses contados até dezembro do PERÍODO DE REFERÊNCIA da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, sendo referente ao ponto de estabilização da curva do índice de não recebimento mensal.

15.6. Por meio de deliberação, as AGÊNCIAS REGULADORAS deverão avaliar em regramento conjunto a segregação do cálculo das RECEITAS IRRECUPERÁVEIS por classe de consumo, para englobar a composição do mercado atendido, observando as regras da METODOLOGIA DE AGING definidas no item 15.4. No caso da categoria rural, as AGÊNCIAS REGULADORAS definirão em regramento conjunto uma metodologia de cálculo de inadimplência que retrate as características dessa classe de consumo em particular.

16. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DAS RECEITAS ADICIONAIS E COMPLEMENTARES

16.1. A CONCESSIONÁRIA fica desde já autorizada a explorar atividades que gerem RECEITAS COMPLEMENTARES e RECEITAS ADICIONAIS nos termos da Norma de Referência da ANA nº 06/2024, de 5 de fevereiro de 2024.

16.2. A CONCESSIONÁRIA fica desde já autorizada a explorar as seguintes ATIVIDADES COMPLEMENTARES, além daquelas previstas na Deliberação ARSESP nº 790, de 26 de abril de 2018 ou em qualquer outra regulamentação conjunta e de aplicação conjunta entre as AGÊNCIAS REGULADORAS, sempre remuneradas por OUTROS PREÇOS:

- i. Vistorias e atestados;
- ii. Limpeza de fossa séptica e manutenção dos sistemas individuais de propriedade privada na área rural.

16.2.1. Além das atividades previstas neste CONTRATO, a AGÊNCIA REGULADORA poderá incluir novas ATIVIDADES COMPLEMENTARES de acordo com sua essencialidade e relação com a atividade principal, desde que observando a Deliberação ARSESP nº 790, de 26 de abril de 2018, ou qualquer outra regulamentação conjunta e de aplicação única entre as AGÊNCIAS REGULADORAS que atuam no PROGRAMA UNIVERSALIZASP, sempre garantida a preservação do rol do item 16.2 e observada a alocação de riscos do CONTRATO.

16.2.2. A exploração de ATIVIDADES COMPLEMENTARES diversas das constantes neste ANEXO, ou das definidas em REGULAÇÃO, deverá ser aprovada previamente pelas Agências.

16.3. Os OUTROS PREÇOS serão definidos e atualizados nos termos da Deliberação ARSESP nº 790, de 26 de abril de 2018 e suas alterações ou nova regulamentação pela AGÊNCIA REGULADORA, e deverão ser reajustados pelo IPCA.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

16.3.1. A revisão dos OUTROS PREÇOS definidos no CONTRATO se dará caso se demonstre que os preços indicados nas regulamentações vigentes não reflitam o custo da prestação eficiente. Nessa hipótese, a AGÊNCIA REGULADORA, por sua conta ou a pedido da CONCESSIONÁRIA, poderá redefinir os preços dessas atividades com base em um estudo de custos.

16.4. A CONCESSIONÁRIA fica desde já autorizada a explorar as seguintes ATIVIDADES ADICIONAIS, remuneradas por RECEITAS ADICIONAIS:

- i. Tratamento de efluentes proveniente de caminhões tanque (chorume de aterro, fossas e esgotos não domésticos);
- ii. Venda de hidrômetros usados e/ou seus subprodutos, desde que tenham sido substituídos e que não haja impacto na continuidade da prestação dos SERVIÇOS;
- iii. Publicidade via faturas (física e digital) de água e esgoto (inclusive pelo envio de encartes junto às faturas);
- iv. Publicidade nas ferramentas digitais, tais como aplicativo e site;
- v. Venda de água de reuso;
- vi. Venda de subprodutos do lodo proveniente dos processos de tratamento para produção de adubo;
- vii. Produção e venda de Biogás, Biometano e demais subprodutos do esgoto;
- viii. Venda de energia;
- ix. Compartilhamento de infraestrutura;
- x. Comercialização de créditos de carbono;
- xi. Instalação de cogeração qualificada;
- xii. Cofaturamento de taxa ou tarifa de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- xiii. Cofaturamento de taxa ou tarifa de drenagem.

16.5. As ATIVIDADES ADICIONAIS a que se referem os itens 16.4 xii e xiii não poderão ser exploradas caso a SUB-URAE solicite que se tornem obrigação, sendo, neste caso, passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro nos termos do CONTRATO.

16.6. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar ATIVIDADES ADICIONAIS direta ou indiretamente, podendo constituir subsidiária integral para tal finalidade.

16.7. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar outras ATIVIDADES ADICIONAIS distintas das mencionadas no item 16.4 acima, remunerados por RECEITAS ADICIONAIS, desde que tal exploração:

- i. não comprometa os padrões de qualidade dos SERVIÇOS;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- ii. não acarrete prejuízo à normal prestação dos SERVIÇOS; e
- iii. não seja incompatível com o objeto do CONTRATO, observada a legislação em vigor, inclusive as leis regentes das atividades e serviços da CONCESSIONÁRIA.

16.8. A AGÊNCIA REGULADORA poderá indeferir o pedido de autorização para a exploração de determinada ATIVIDADE ADICIONAL, ou determinar a cessação de exploração em andamento, mediante decisão fundamentada, quando em desconformidade com requisitos previstos na legislação vigente ou neste CONTRATO.

16.9. A metodologia de cálculo do compartilhamento das receitas com ATIVIDADES COMPLEMENTARES e das ATIVIDADES ADICIONAIS para o 1º CICLO TARIFÁRIO deverá ser aquela definida no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL. Ao longo do 1º CICLO TARIFÁRIO, na ocasião dos REAJUSTES, esse compartilhamento:

- i. será nulo no caso das RECEITAS ADICIONAIS; e
- ii. será igual à receita líquida de impostos e tributos arrecadada pela CONCESSIONÁRIA com as ATIVIDADES COMPLEMENTARES no PERÍODO DE REFERÊNCIA do REAJUSTE, sendo repassada integralmente à modicidade tarifária;
- iii. não estão sujeitas ao compartilhamento, as receitas aferidas pela CONCESSIONÁRIA decorrentes de multas e juros por atraso.

16.10. A partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, a AGÊNCIA REGULADORA irá considerar:

- 16.10.1. A reversão à modicidade tarifária de 50% do lucro das ATIVIDADES ADICIONAIS a partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, uma vez observados os custos adicionais com a execução dessas atividades. Não deverão ser revertidos à modicidade tarifária os custos adicionais. A AGÊNCIA REGULADORA estimará o lucro dessas atividades com base nos resultados históricos da CONCESSIONÁRIA. O montante a maior efetivamente auferido pela CONCESSIONÁRIA ao longo do 3º CICLO TARIFÁRIO será integralmente revertido à CONCESSIONÁRIA, enquanto o montante a menor auferido pela CONCESSIONÁRIA será integralmente internalizado por ela;
- 16.10.2. A reversão à modicidade tarifária de 100% das receitas líquidas de impostos e encargos das ATIVIDADES ADICIONAIS no 2º CICLO TARIFÁRIO, somente no caso de a CONCESSIONÁRIA não implementar a Contabilidade Regulatória no prazo previsto no Capítulo 22 deste ANEXO; e
- 16.10.3. A reversão integral à modicidade tarifária das receitas líquidas de impostos e encargos obtidas com as ATIVIDADES COMPLEMENTARES no PERÍODO DE REFERÊNCIA. Caso as ATIVIDADES ADICIONAIS impliquem custos adicionais, comprovados por meio da Contabilidade Regulatória, a reversão será de 100% do lucro e não da receita líquida, de modo que não haja reversão dos custos adicionais à modicidade tarifária.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

16.11. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, a AGÊNCIA REGULADORA irá considerar:

- 16.11.1. A manutenção do critério de compartilhamento das RECEITAS ADICIONAIS definido no 2º CICLO TARIFÁRIO.
- 16.11.2. A reversão integral à modicidade tarifária das receitas líquidas de impostos e encargos obtidas com as ATIVIDADES COMPLEMENTARES, descontadas de eventuais custos adicionais que não deverão ser revertidos. Essa reversão deverá ser calculada com base na média anual dos valores históricos verificados no CICLO TARIFÁRIO que antecede cada REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.
- 16.11.3. Como AJUSTE COMPENSATÓRIO nos REAJUSTES, a diferença a menor ou a maior entre o valor efetivamente auferido pela CONCESSIONÁRIA com as RECEITAS COMPLEMENTARES e o valor médio calculado pela AGÊNCIA REGULADORA na REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, de modo que seja compartilhado com os USUÁRIOS o valor anual efetivamente verificado.

16.12. A CONCESSIONÁRIA poderá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA estudos que comprovem que o percentual de compartilhamento de RECEITAS ADICIONAIS pode vir a inviabilizar a exploração, podendo ser definido, consensualmente, patamar inferior, específico para determinada ATIVIDADE ADICIONAL.

16.13. A AGÊNCIA REGULADORA deverá se manifestar sobre a solicitação prevista item 16.12 em até 30 (trinta) dias contados do recebimento, encaminhando a respectiva resposta com cópia ao PODER CONCEDENTE.

16.14. A exploração de ATIVIDADES COMPLEMENTARES e ATIVIDADES ADICIONAIS pela CONCESSIONÁRIA observará, ainda, que os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA que tenham por objeto a exploração das atividades mencionadas no item 16.4 não poderão ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO, salvo se expressamente autorizado pela AGÊNCIA REGULADORA, cabendo à CONCESSIONÁRIA adotar todas as medidas pertinentes para a entrega das áreas e estruturas objeto de exploração livres e desobstruídas de quaisquer bens e direitos, inclusive sem nenhum valor residual, tributo, encargo, obrigação, gravame e sem quaisquer ônus à SUB-URAE, à AGÊNCIA REGULADORA, ao ESTADO ou aos MUNICÍPIOS.

16.15. Eventuais receitas relacionadas à venda de água no atacado para outro operador de saneamento e ao tratamento de esgoto importado de outro operador de saneamento não constituem parte das RECEITAS ADICIONAIS e RECEITAS COMPLEMENTARES.

17. AUXÍLIO

17.1. O mecanismo de pagamento do AUXÍLIO à CONCESSIONÁRIA é disciplinado conforme diretrizes do APÊNDICE 1.

17.2. O pagamento envolverá o cálculo do AUXÍLIO no momento do processo tarifário, seja ele

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, para aplicação trimestral ao longo do PERÍODO DE APLICAÇÃO conforme fórmula a seguir:

$$AUXÍLIO_{PA} = (TE_{PA} - TU_{PA \text{ Média}})/(1 - \%PIS/COFINS)$$

Em que:

$AUXÍLIO_{PA}$ é o AUXÍLIO em R\$/m³ aplicado no PERÍODO DE APLICAÇÃO;

TE_{PA} é a TARIFA DE EQUILÍBRIO definida para o PERÍODO DE APLICAÇÃO, incluindo os AJUSTES COMPENSATÓRIOS definidos no Capítulo 3 – AJUSTES COMPENSATÓRIOS desse ANEXO;

$TU_{PA \text{ Média}}$ é a TARIFA DO USUÁRIO MÉDIA definida para o PERÍODO DE APLICAÇÃO, considerando os AJUSTES COMPENSATÓRIOS estabelecidos no Capítulo 3 – AJUSTES COMPENSATÓRIOS desse ANEXO e os AJUSTES COMPENSATÓRIOS estabelecidos no ANEXO IV – ANEXO TARIFÁRIO.

17.3. O AUXÍLIO será calculado como um montante trimestral, conforme as seguintes fórmulas:

$$AUXÍLIO_{trim} = AUXÍLIO_{PR} \times \sum_m^3 VOLUME \text{ FATURADO}_m$$

Em que:

$AUXÍLIO_{trim}$ é o AUXÍLIO trimestral em R\$ para pagamento à CONCESSIONÁRIA obedecendo aos prazos dispostos no APÊNDICE 1; e

$VOLUME \text{ FATURADO}_m$ é o VOLUME FATURADO, nos termos do ANEXO X – GLOSSÁRIO, correspondente aos 3 (três) últimos meses (m) com informação disponível no PERÍODO DE APLICAÇÃO.

17.4. Excepcionalmente para o período até o 1º REAJUSTE do 1º CICLO TARIFÁRIO, o AUXÍLIO UNITÁRIO será definido no ANEXO VIII – FORMAÇÃO DA TARIFA INICIAL.

17.5. Para o próximo processo tarifário, seja ele REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIA ou REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA deverá avaliar divergências entre o VOLUME FATURADO utilizado no cálculo trimestral do AUXÍLIO no PERÍODO DE REFERÊNCIA e o VOLUME FATURADO com base nos histogramas corrigidos.

17.5.1. Caso a divergência seja positiva, a CONCESSIONÁRIA devolverá o montante de AUXÍLIO recebido a maior para a CONTA VINCULADA 2, corrigido por WACC trimestral, conforme fórmula a seguir e os prazos definidos no APÊNDICE 1:

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP**

$$\begin{aligned}
 \text{Devolução } AUXÍLIO_{PA} &= \left[AUXÍLIO \text{ Unitário}_{PA} \right. \\
 &\times \sum_{trim}^4 VOLUME \text{ FATURADO}_{trim} \\
 &- AUXÍLIO \text{ Unitário}_{PA} \\
 &\times \sum_{trim}^4 VOLUME \text{ FATURADO}_{trim \text{ Histograma Corrigido}} \left. \right] \\
 &\times \prod_{trim}^4 [(1 + WACC_{a \text{ trim}})]
 \end{aligned}$$

Em que:

Devolução $AUXÍLIO_{PA}$ é o montante a ser devolvido pela CONCESSIONÁRIA;

$\sum_{trim}^4 VOLUME \text{ FATURADO}_{trim}$ é a soma do VOLUME FATURADO considerado no cálculo do AUXÍLIO referente a todos os trimestres do PERÍODO DE REFERÊNCIA;

$\sum_{trim}^4 VOLUME \text{ FATURADO}_{trim \text{ Histograma Corrigido}}$ é a soma do VOLUME FATURADO a partir dos histogramas corrigidos enviados pela CONCESSIONÁRIA, conforme disciplinado no Capítulo 14 deste ANEXO;

$WACC_{a \text{ trim}}$ é o WACC, conforme definido no Capítulo 8 do ANEXO V convertido em taxa trimestral.

- 17.5.2. Caso a divergência seja negativa, o GOVERNO aportará o adicional, isto é, a diferença paga a menor para a CONTA VINCULADA 1, corrigido por WACC trimestral, conforme fórmula a seguir e os prazos definidos no APÊNDICE 1 deste ANEXO:

$$\begin{aligned}
 \text{Adicional } AUXÍLIO_{PA} &= \left[AUXÍLIO_{PA} \times \sum_{trim}^4 VOLUME \text{ FATURADO}_{Histograma \text{ Corrigido}} \right. \\
 &- AUXÍLIO_{PA} \times \sum_{trim}^4 VOLUME \text{ FATURADO}_m \left. \right] \\
 &\times \prod_{trim}^4 [(1 + WACC_{a \text{ trim}})]
 \end{aligned}$$

Adicional $AUXÍLIO_{PA}$ é o montante a ser aportado adicionalmente pelo GOVERNO.

17.6. O recebimento do AUXÍLIO pela CONCESSIONÁRIA no PERÍODO DE REFERÊNCIA poderá gerar CRÉDITOS FISCAIS, os quais deverão ser revertidos para a modicidade tarifária no REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA ORDINÁRIA posterior, conforme disciplinado no item 2.12.1 e no Capítulo 18.

17.7. As informações para o cálculo do AUXÍLIO, como os histogramas com volume e receita, entre outros dados que sejam requisitados, deverão ser informadas trimestralmente pela

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA.

18. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DOS CRÉDITOS FISCAIS

18.1. Os CRÉDITOS FISCAIS efetivamente obtidos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do AUXÍLIO, nos termos da Lei federal nº 14.789/2023, ou norma que venha a substituí-la, serão revertidos à RECEITA TARIFÁRIA DE EQUILÍBRIO na proporção de 90%.

18.2. Para fins do compartilhamento previsto no item 18.1, a CONCESSIONÁRIA deverá informar a AGÊNCIA REGULADORA até 30 de setembro do ano de processamento do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA a totalidade dos CRÉDITOS FISCAIS efetivamente obtidos desde a data de processamento do último REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

18.3. O valor dos CRÉDITOS FISCAIS, para efeito de compartilhamento, deverá ser atualizado monetariamente pelo IPCA, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, até a data-base de cada REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

19. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE INCENTIVO À QUALIDADE (FATOR Q)

19.1. O FATOR Q terá como limite positivo ou negativo o patamar de 2%.

19.1.1. Na existência de Fator de Reincidência, o qual se aplica diretamente sobre o Fator Q, o limite inferior deixa de ser observado, permitindo a ampliação do efeito redutor, conforme disciplinado no ANEXO VII – Fator U, Fator P, Fator Q e Indicadores de Qualidade.

19.2. O FATOR Q apurado no PERÍODO DE REFERÊNCIA deverá ter seu efeito expurgado no processo tarifário, seja de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA imediatamente subsequente, não sendo, portanto, sujeito à cumulatividade ou à perenidade.

19.3. A fórmula de cálculo do FATOR Q, os indicadores que o compõem e seus pesos serão determinados no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE.

19.4. Os dados para cálculo do FATOR Q devem ser encaminhados pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA até 31 de maio do ano do processo tarifário de REAJUSTE ou de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

19.5. A AGÊNCIA REGULADORA:

- i. é responsável pelo cálculo do FATOR Q a cada REAJUSTE e REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e pela aplicação do FATOR Q a partir do 1º REAJUSTE;
- ii. deverá avaliar os dados enviados pela CONCESSIONÁRIA até 30 de setembro do ano de processamento do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

20. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE COMBATE ÀS PERDAS (FATOR P)

20.1. O FATOR P apurado no PERÍODO DE REFERÊNCIA deverá ter seu efeito expurgado no processo tarifário, seja de REAJUSTE ou REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA imediatamente subsequente, não sendo, portanto, sujeito à cumulatividade ou à perenidade.

20.2. A fórmula de cálculo do FATOR P e do indicador que o compõe serão determinadas, respectivamente, no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE e no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

20.3. A cada REVISÃO TARIFÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA deverá publicar a meta aplicável ao indicador para o REAJUSTE subsequente, em conformidade com a metodologia do Nível Econômico de Perdas (NEP) e levando em conta seus limites máximos definidos no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

20.4. Os dados para cálculo do FATOR P devem ser encaminhados pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA até 31 de maio do ano do processo tarifário de REAJUSTE ou de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

20.5. A AGÊNCIA REGULADORA:

- i. será responsável, com apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, pelo cálculo do FATOR P a cada REAJUSTE e REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e pela aplicação do FATOR P a partir do 4º REAJUSTE;
- ii. deverá avaliar os dados enviados pela CONCESSIONÁRIA até 30 de setembro do ano de processamento do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

21. METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO FATOR DE UNIVERSALIZAÇÃO (FATOR U)

21.1. Em caso de descumprimento das metas de cobertura, nos termos estabelecidos no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE, o FATOR U será aplicado anualmente como redutor do Índice de REAJUSTE (IRT) dos processos de REAJUSTE e do Índice de Reposicionamento Tarifário dos processos de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

21.2. O FATOR U apurado no PERÍODO DE REFERÊNCIA deverá ter seu efeito expurgado no processo tarifário, seja de REAJUSTE ou de REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA imediatamente subsequente, não sendo, portanto, sujeito à cumulatividade ou à perenidade.

21.3. A fórmula de cálculo do FATOR U os indicadores que o compõem são determinados, respectivamente, no ANEXO VII – FATOR U, FATOR P, FATOR Q E INDICADORES DE QUALIDADE e no ANEXO II – ANEXO TÉCNICO PARA CADA MUNICÍPIO.

21.4. Os dados para cálculo do FATOR U, especificamente aqueles referentes ao índice de cobertura, devem ser encaminhados pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA até 31 de maio do ano subsequente, no âmbito do processo tarifário de REAJUSTE ou de REVISÃO

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

TARIFÁRIA PERIÓDICA.

21.5. O VERIFICADOR INDEPENDENTE produzirá relatórios sobre a apuração e verificação do cumprimento dos INDICADORES E METAS DE COBERTURA para a validação da ARSESP, na forma descrita no ANEXO VI - DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DA EMPRESA AVALIADORA E DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.

21.6. A AGÊNCIA REGULADORA:

- i. será responsável, com o apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, pelo cálculo do FATOR U a cada REAJUSTE e REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA e pela aplicação do FATOR U a partir do 2º REAJUSTE;
- ii. deverá avaliar os dados enviados pela CONCESSIONÁRIA até 30 de setembro do ano de processamento do REAJUSTE ou da REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA.

22. CONTABILIDADE REGULATÓRIA

22.1. A CONCESSIONÁRIA deverá até o 2º REAJUSTE implementar a Contabilidade Regulatória definida pela Deliberação ARSESP nº 1.775, de 11 de janeiro de 2026, ou suas atualizações, ou outra definida por meio de CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO que venha a lhe substituir. Caso contrário:

- 22.1.1. Serão aplicadas as penalidades previstas no ANEXO III – INFRAÇÕES E PENALIDADES; e
- 22.1.2. A partir do 3º CICLO TARIFÁRIO, (i) o percentual de compartilhamento dos ganhos de EFICIÊNCIA TÉCNICA definidos no item 11 deste ANEXO será de 75%; e a partir do 2º CICLO TARIFÁRIO, (ii) o percentual de compartilhamento com os USUÁRIOS das receitas de ATIVIDADES ADICIONAIS será de 100%, líquidas de encargos e tributos.

22.2. Após o 1º CICLO TARIFÁRIO, as AGÊNCIAS REGULADORAS em CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO verificarão a necessidade de atualização do Manual de Contabilidade Regulatória. Para fins de controle e acompanhamento da atividade de prestação dos SERVIÇOS e das ATIVIDADES COMPLEMENTARES, das ATIVIDADES ADICIONAIS e de contratos entre PARTES RELACIONADAS, as AGÊNCIAS REGULADORAS deverão considerar no Manual ao menos:

- i. a desagregação das informações relativas aos custos compartilhados entre a CONCESSIONÁRIA e suas subsidiárias;
- ii. a especificação de custos adicionais, receitas e ativos das ATIVIDADES COMPLEMENTARES e ATIVIDADES ADICIONAIS;
- iii. a separação das contas contábeis em centros de custos, especialmente para serviços compartilhados; e

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
CONCESSÃO SANEAMENTO UNIVERSALIZASP

- iv. a distinção entre BENS VINCULADOS - reversíveis e não reversíveis - e BENS NÃO VINCULADOS.

22.3. Sempre que o Manual de Contabilidade Regulatória for revisto em regramento em CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA terá, no máximo, dois anos para implementação das modificações. Em caso de descumprimento do prazo, aplicar-se-ão as penalidades previstas no item 22.1 a partir do CICLO TARIFÁRIO subsequente à publicação da norma, e no ANEXO III – INFRAÇÕES E PENALIDADES.